

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-6-2022.

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se, de forma presencial, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Giovane Byl, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D`Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Alvoní Medina, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Karen Santos, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 433/21 (Processo nº 1042/21), de autoria de Artur Goulart e José Freitas; o Projeto de Lei do Legislativo nº 447/21 (Processo nº 1050/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 517/21 (Processo nº 1181/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 062/22 (Processo nº 0115/22), de autoria de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 074/22 (Processo nº 0146/22), de autoria de Hamilton Sossmeier; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 223/22 (Processo nº 0433/22), de autoria de José Freitas. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 1795/2022, encaminhando Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/22 (Processo nº 0192/22); nº 2090/2022, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 013/22 (Processo nº 0444/22); nº 2111/2022, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 014/22 (Processo nº 0445/22); e nº 2124/2022, encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 008/22 (Processo nº 0446/22). Ainda, foi apregoadado o SEI nº 208.00074/2022-24, por meio do qual Leonel Radde solicita representar externamente este Legislativo, no dia vinte e seis de maio do corrente, no evento “35ª Edição do Carijó da Canção Gaúcha”, em Palmeira das Missões – RS. Na oportunidade, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a: Ary Moura, por solicitação de Pedro Ruas; e Sergio Antonio Vieira, por solicitação de Cláudia Araújo. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Gustavo Bonassi, representante do Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria, para pronunciamento acerca de menção honrosa pelos sessenta anos de serviços prestados na área de educação e assistência social no Município de Porto Alegre. Após, nos termos do artigo 206 do Regimento, Jonas Reis, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, José Freitas, Aldacir Oliboni, Mari Pimentel, Gilson Padeiro, Lourdes Sprenger, Cassiá Carpes e Daiana Santos manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna

Popular. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas às quinze horas e dois minutos. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Jonas Reis, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão, passando-se imediatamente ao período de Comunicações. Em prosseguimento, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, hoje destinado a realizar homenagem à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, nos termos do Requerimento nº 089/22, de autoria de Jonas Reis. A seguir, o Presidente concedeu a palavra à senhora Adriana Longoni, Diretora da entidade homenageada. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Jonas Reis, proponente. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e trinta e dois minutos às quinze horas e trinta e cinco minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Fernanda Barth, Lourdes Sprenger, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Jessé Sangalli, Gilson Padeiro, Claudio Janta e Márcio Bins Ely. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Alexandre Bobadra e Claudio Janta. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Jessé Sangalli e Jonas Reis. Às dezessete horas e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/21 (Processo nº 0429/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Felipe Camozzato, Leonel Radde, Jessé Sangalli, Comandante Nádia, Laura Sito, Mônica Leal, Cezar Augusto Schirmer e Jonas Reis e encaminhado à votação por Aldacir Oliboni, Leonel Radde, Matheus Gomes, Cezar Augusto Schirmer e Comandante Nádia. Na oportunidade: foi aprovado Requerimento verbal formulado por Claudio Janta, solicitando alteração na ordem de apreciação na matéria constante na Ordem do Dia, retirando-se de priorização o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/16 (Processo nº 1118/16); foram apregoados Requerimentos de autoria de Psicóloga Tanise Sabino, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 02 e 03 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21 (Processo nº 0315/21); foram apregoadas as Emendas nºs 04 e 05, assinadas por Psicóloga Tanise Sabino, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 116/21, e foi aprovado Requerimento solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes; foram apregoadas as Emendas nº 01 e 02, assinadas por Alvoni Medina, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/16, e foi aprovado Requerimento solicitando que essas emendas fossem dispensadas do envio à apreciação de Comissões Permanentes; e foi apregoado Requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 020/16. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 164/21, por trinta e um votos SIM e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cintia Rockenbach, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D`Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Roberto Robaina, e optado pela Abstenção Cezar

Augusto Schirmer. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 164/21, por dezesseis votos SIM e quatorze votos NÃO, em votação nominal determinada pelo Presidente, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Jonas Reis, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pedro Ruas e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cezar Augusto Schirmer, Cintia Rockenbach, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário. Às dezoito horas e quarenta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo processo SEI nº 208.00074/2022-24, de autoria do Ver. Leonel Radde, que representou esta Casa na 35ª edição do Carijo da Canção Gaúcha, na cidade de Palmeiras das Missões, no dia 26 de maio de 2022.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado. Ver. Pedro Ruas, pois não.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Presidente, obrigado. Eu queria registrar falecimento do Ary Moura, vice-prefeito de São Leopoldo, um grande amigo e, aliás, amigo do Luiz Afonso Peres também; fomos contemporâneos lá na fundação do PDT, em 1979, uma pessoa maravilhosa que, infelizmente, nos deixou agora. Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Ary Moura.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Sérgio Vieira, líder dos rodoviários aposentados, um grande lutador pela categoria dos rodoviários, da Rádio Aura, que, infelizmente, faleceu na sexta-feira.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Presidente, eu quero também – os vereadores se adiantaram – somar aos pedidos do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Cláudia a nossa homenagem ao Ary Moura e ao Sérgio, da Rádio Aura. Que fique registrado nos anais o encaminhamento conjunto do pedido de um minuto de silêncio, por gentileza.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB) (Requerimento): Presidente, eu também tinha me inscrito para solicitar um minuto de silêncio pelo falecimento do Sérgio Vieira, nosso parceiro, amigo da Câmara, lutador pelos rodoviários, da Rádio Aura. Também estendo meu pedido ao requerimento feito pelo amigo Pedro Ruas. É isso.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Deferimos os pedidos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria, que tratará de assunto relativo à menção honrosa pelos 60 anos de serviços prestados na área de educação e assistência social no Município de Porto Alegre. Convidamos o Pe. Gustavo Bonassi e a Sra. Isabel Lobato a fazerem parte da Mesa.

O Pe. Gustavo Bonassi está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SR. GUSTAVO BONASSI: Excelentíssimo Sr. Idenir Cecchim, Presidente da Câmara de Vereadores; excelentíssima Sra. Nádia Rodrigues Silveira Gerhard; excelentíssimos vereadores desta nobre Casa Legislativa; a Rede Calábria é responsável pela gestão das atividades socioassistenciais e educacionais do Centro de Educação Profissional São João Calábria, Centro de Promoção da Infância e da Juventude, Associação Beneficente Nossa Senhora da Assunção e escolas infantis parceirizadas na capital gaúcha, sendo elo de ligação, diálogo, aprendizado, colaboração e comunhão institucional entre as atividades profissionais e sociedade. Somos uma rede de trabalho social e educacional atuante há 60 anos em Porto Alegre. Hoje são mais de 40 centros ativos em 15 bairros da nossa capital, vão desde o atendimento à educação infantil até o curso de profissionalização, acolhimento para crianças adolescentes e idosos, dentre outras iniciativas que impactaram somente em 2021, 12 mil pessoas diretamente. O compromisso dessa longa data da Rede Calábria em proporcionar melhores condições de vida para aqueles em situação de vulnerabilidade é marcado pela constante melhoria e inovação. Nosso objetivo é ajudar os indivíduos a superarem seus desafios, para que juntos possamos construir uma sociedade mais igualitária e próspera. Os valores institucionais da Rede Calábria são espiritualidade, fraternidade, equidade, posicionamento ético, inovação e sustentabilidade. A causa estratégica da Rede Calábria é acolher, promovendo vidas. Da escola regulamentar em 1962, e de alguns cursos de qualificação profissional na mesma década, até os dias atuais, a Rede Calábria passou por diversas transformações com foco em mitigar as vulnerabilidades da sociedade

sempre com muita sensibilidade e olhar inovador. Hoje, além de cursos profissionalizantes e projetos voltados para inovação e empreendedorismo, a Rede Calábria executa inúmeras atividades em parceria com o poder público municipal através da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, da Secretaria Municipal de Educação – SMED e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS. Com o Estado, através da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo, executamos os Programas de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. E no mês passado, lançamos o PPDDH, que atuará na Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Nossa atuação perpassa a pessoa de todas as idades, estamos distribuídos em dezenas de projetos na área socioassistencial e educacional, assim como: Serviço de Atendimento às Famílias, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Ação Rua Calábria, Centro Dia dos Idosos, acolhimento institucional na modalidade casa lar para crianças, adolescentes e também para os idosos, Atendimento Integral à Família – PAIF, Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - PAEFI, República de Idosos, Projeto Educação Integral. O Educação Integral, a partir da experiência de muito sucesso, junto à Prefeitura de Porto Alegre, motivou uma parceria com a Prefeitura de Encantado. Foi graças a essa parceria com a Prefeitura de Porto Alegre que chegamos a Encantado. Louvamos e bendizemos Deus por podermos continuar a missão deixada por São João Calábria, o nosso fundador. Hoje, a família Rede Calábria conta com 744 colaboradores, passaram-se 60 anos de atividades, de desafios encarados e superados com muitas histórias que impactaram positivamente a vida dos alunos e beneficiários que, ao longo desses anos, passaram por nossas atividades, se formaram, construíram suas carreiras, abriram empresas e negócios e, a partir disso, geraram empregos, multiplicaram conhecimentos específicos e também os valores institucionais que permeiam todas as atividades. Almejamos para o futuro continuar intensificando nosso relacionamento e envolvimento com o poder público, com esta Casa Legislativa, e muitos dos nossos nobres vereadores, aqui, já participam de muitas atividades - e nós somos gratos por isso – junto de empresas e pessoas de bem, para que o trabalho social e educacional cresça cada dia mais. Que no centro das atividades esteja a pessoa humana, com sua potência de transformar, ser protagonista de sua história e da história da humanidade em prol da construção de um mundo mais justo, fraterno e solidário. Aproveitamos este espaço para reforçar a importância desse trabalho coletivo, que une poder público e entidades do terceiro setor, e solicitar o apoio aos senhores, para que nossos esforços possam atender e beneficiar cada vez mais pessoas. Queremos cocriar valor, pensar juntos soluções inteligentes e trabalhar abertos à colaboração e participação, tendo em vista promover a transformação social, e respeitar a dignidade de cada pessoa, pois essa obra é para os tempos atuais. E hoje nós queremos manter essa chama acesa para iluminar o momento presente, com valores que nos enriquecem e ampliam o bem na sociedade. Agradecemos imensamente a esta Casa do Povo por nos possibilitar a partilha e vivenciar este momento. Agradecemos ao Sr. Presidente Idenir Cecchim, a todos os vereadores que comungam de nossa missão, à Ver.^a Comandante Nádia, pelo espaço destinado à instituição. Convidamos todos vocês para conhecerem a nossa casa, para

conhecerem a nossa missão, nossas causas e nossos espaços de acolhimento. Tenham a certeza de que todos vocês serão muito bem recebidos. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, Padre Gustavo. Nós é que agradecemos, a Câmara de Vereadores é que agradece a sua presença aqui. E eu quero dar meu testemunho. Eu fui Secretário de Indústria e Comércio do Município durante seis anos e tive a oportunidade de participar de muitos cursos, de receber o apoio do Calábria. Eu tenho certeza de que o custo mais barato que tem para o poder público é apoiar instituições como o Calábria. Parabéns pelo trabalho, vida longa à Rede Calábria, que é enorme, está se espalhando pelo Rio Grande, e nós estamos aqui à disposição. Estou vendo uma fila de vereadores que vão usar o microfone de apartes.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Obrigada, Presidente Idenir Cecchim. Quero cumprimentar os nossos colegas vereadores, o público que nos assiste pela TVCâmara, mas, muito especialmente, o nosso querido Pe. Gustavo, a Isabel e toda a congregação do Calábria, os colaboradores, os apoiadores que cuidam de mais de 30 mil crianças, 30 mil crianças que não são o futuro, são o presente. Se não cuidarmos dessas crianças no dia de hoje, nós poderemos ter cidadãos perdidos logo ali à frente. Eu tenho certeza de que o Calábria, com todo o seu amor, com todo o seu trabalho, tem sido uma diferença na vida dessas crianças e também dos adolescentes. Eu coloquei aqui três verbos que, para mim, são o Calábria: acolher, doar e oportunizar. Nada melhor do que trazer para perto de si, tal qual uma mãe, tal qual um pai, aqueles que mais necessitam, doar o que a gente tem de melhor e oportunizar uma vida muitíssimo melhor para essas crianças e adolescentes. O Calábria promove vidas, e isso é o mais importante no dia atual: promover vidas e dar oportunidades. Quero dizer que eu já repassei emendas para o Calábria, tenho certeza de que outros colegas vereadores também fizeram essa transposição de emendas. Quero lembrar que, em setembro, o Calábria passe de porta em porta aqui nos gabinetes solicitando, junto com seus planos de trabalho, porque sempre são bem-vindas essas emendas. E logo, nosso querido Presidente, por conta de todos os vereadores terem aprovado, estaremos entregando uma menção honrosa pelos 60 anos do Calábria, nós vamos combinar o dia em seguida. Já convido todo o Calábria, todos os colaboradores e os vereadores para que a gente possa fazer essa menção honrosa. Parabéns ao Calábria, muitos mais 60 anos de vida.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Sr. Presidente; Pe. Gustavo, Sra. Isabel, no nome de vocês, entrego aqui um abraço da bancada do PT, por esse trabalho importantíssimo que se faz em Porto Alegre. Na verdade, o acolhimento e o processo

de construção da cidadania passa também pelo Calábria na cidade de Porto Alegre. Nós sabemos do valor de várias instituições, mas nós sabemos da importância dessa parceria para que Porto Alegre tenha mais igualdade; mais igualdade e que as pessoas possam ter um lugar ao sol. A gente tem acompanhado o trabalho esplêndido dos processos educacionais, e é a isso que eu fico me atendo neste momento. Como professor, a gente luta muito pela educação e sabe que vocês lutam muito por isso. Então eu só posso aqui parabenizar e agradecer, em nome do povo de Porto Alegre, todo o cuidado, toda a profissionalidade, toda a construção coletiva que vocês emprestam para a cidade de Porto Alegre, porque sem o Calábria não seria o que é, e a gente fica muito satisfeito com essa ação social cirúrgica que vocês fazem. Vida longa e parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Padre Gustavo, Isabel, parabéns, 60 anos. Há alguns dias eu tive uma reunião com a responsável pela captação e mobilização de recursos da Rede Calábria, Isabel Lobato, e pude conhecer bem mais sobre os projetos e trabalhos desenvolvidos por esse centro, como eu costumo dizer, de excelência e de referência, tão importante para nossa capital, a capital do Rio Grande do Sul. E saber da existência, da seriedade do Calábria nessas áreas, também na saúde, dá uma esperança muito grande, dá segurança para a sociedade por sabermos do bom atendimento e do bom acolhimento dado às pessoas necessitadas, desde os jovens nos cursos profissionalizantes, até os idosos sendo bem cuidados. Ano passado, eu me envolvi com uma importante ação social cuja solução solicitei à Secretaria de Desenvolvimento Social e, após uma ação conjunta da FASC, do Ação Rua e do Consultório na Rua, foram transferidos dois moradores de rua de uma situação de extrema vulnerabilidade, e eles foram para um local digno, seguro, salubre e com toda assistência, pois contaram com o apoio da Casa Lar do Idoso do Instituto Calábria e lá estão até hoje. Então eu gostaria de agradecer, de coração, além da competência dos senhores, pela dedicação, isso faz tudo ficar bem melhor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, quero saudar o meu querido amigo Pe. Gustavo, Sra. Isabel, o Centro de Educação Profissional São João Calábria, que faz um excelente trabalho que eu conheço, já estive algumas vezes visitando e acompanhando o trabalho. Não tem nada mais importante do que recuperar e acolher os nossos jovens, e isso a instituição Calábria faz muito bem, consegue

profissionalizar, oportunizar e garantir um futuro melhor para aqueles que, talvez, não tivessem voz, talvez, não tivesse em vez.

O trabalho que vocês realizam realmente é fantástico, contem sempre conosco na Câmara de Vereadores. Sessenta anos é muito pouco, nós temos muitos 60 anos para cumprir a nossa missão, que é ajudar os nossos jovens. Parabéns e vida longa ao Calábria!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, Ver. Idenir Cecchim; nosso querido Pe. Gustavo Bonassi; querida Isabel Lobato – tive um colega chamado Fernando Lobato no meu tempo de ginásio. A Rede Calábria é um orgulho para todos nós, nós sabemos da importância desse trabalho e queremos colaborar para além do que esta Casa já faz para que esse trabalho continue e se expanda, Ver. Idenir Cecchim, por mais municípios. Nós já temos exemplos de 60 anos, meu querido Pe. Bonassi, de toda dedicação que fez enorme diferença na sociedade, particularmente, para aquelas e aqueles que menos podem, de menor poder aquisitivo e que, muitas vezes, não teria um futuro com educação se não fosse a Rede Calábria. Portanto, fica aqui a nossa homenagem pelos 60 anos e o nosso compromisso de auxiliar sempre que for possível. Parabéns e contem conosco.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, Ver. Idenir Cecchim; Pe. Gustavo, Isabel, tive a oportunidade de visitar e Rede Calábria: 10 hectares, 845 colaboradores, atendimento a 12 mil pessoas. Então a Rede Calábria faz um trabalho muito bacana, eu fui no setor de mecânica onde a gurizada aprende mecânica, no setor de gastronomia, no atendimento aos idosos, ao turno inverso, ao setor de informática, onde eles aprendem os principais programas, aos *gamers*; enfim, eu vi um atendimento de verdade, uma coisa bonita, um atendimento com carinho com o professor, com o monitor, com planejamento pedagógico. Então, a Rede Calábria faz um trabalho social muito importante para nossa cidade; eu sei que ela já tem vários apoiadores. Eu quero me somar aos parlamentares contribuem com a Rede Calábria, parabenizar vocês pelo trabalho social tão bacana, quero dizer para vocês que podem contar sempre conosco. Parabéns, vida longa à Rede Calábria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu conheço a Rede Calábria desde 1985, quando eu cheguei em Porto Alegre, ainda guri. Aí, como eu fui gráfico, por isso a minha ligação com o Calábria, praticamente todos os dias, em oito anos, quando eu trabalhei no ramo gráfico; depois, como Conselheiro Tutelar - nem se fala, não é? Então, esses 60 anos de serviço prestado na educação, assistência social, 40 entidades aí junto com vocês, expandindo-se para outros municípios, que mais municípios alcancem o trabalho do Calábria, que a gente sabe a *expertise* dos senhores, com a graça de Deus, em relação ao tratamento com a criança, a parte social e a parte de educação, principalmente a profissionalização; vocês preparam jovens para o futuro em várias áreas. Então, que a Rede Calábria tenha muitos 60 anos para comemorar, vida longa! Deus abençoe a todos!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim, também quero, em nome da oposição, fazer a nossa saudação em homenagem aos 60 anos do Instituto Pobres Servos da Divina Providência, aqui com a presença do Pe. Gustavo Bonassi, como também da Isabel Lobato, que trazem para nós um relato de suas atividades, que para nós não é surpresa. Ao longo de muitos anos, o Instituto Pobres Servos da Divina Providência – Centro de Educação Profissional São João Calábria tem sido um braço da assistência, da educação, do cuidado com o idoso, da educação infantil. Eu mesmo colaborei um pouco, com uma emenda parlamentar, mas isso é o mínimo que está ao alcance do vereador e da vereadora. O enorme legado que os senhores trazem para a cidade é o que vocês fazem e deixam para aquelas crianças, que, com o tempo, nunca vão esquecer a instituição que as acolheu e que, se fossem buscar uma entidade particular, não teriam condições de galgar o que a criança e o jovem querem na sua juventude. Eu creio que, neste momento, nós temos que valorizar muito essas entidades que são consideradas filantrópicas, mas que, se não existissem, milhares e milhares de pessoas estariam fora dessa educação, como, por exemplo, podemos dizer que 5,8 mil crianças hoje estão fora da educação infantil. E essas entidades é que, ao longo dos anos, vão programando, absorvendo e ampliando esse convênio com o poder público e agregando as pessoas que, por sua vez, buscam o Estado para terem essa assistência. E só estão tendo também porque essas entidades colocam à disposição. Então, nesse sentido, nós não só reconhecemos o trabalho de vocês, mas fazemos força que continuem, e queira Deus que se amplie, cada vez mais, esse trabalho de inclusão. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Obrigada, Presidente. Pe. Gustavo e Sra. Isabel, eu gostaria de parabeniza-los, em nome do partido NOVO, pelo trabalho que vocês fazem. Eu tive a oportunidade, no ano passado, de visitar mais de 100 instituições do nosso Município, e é fantástico quando nós nos deparamos com instituições como a Rede Calábria. Em qualquer escola que a gente vá ou qualquer projeto social da Calábria, a questão do profissionalismo, qualidade e assistência que oferecem para as crianças é realmente algo de engrandecer. E eu reforço o trabalho da Isabel, que é na captação de recursos, mas a importância do nosso Município no sentido de reconhecer o trabalho sério e trazer, para agenda do Município, a valorização também financeira da questão do repasse para as instituições que são parceiras na educação e na assistência social. Hoje, nós temos uma defasagem muito grande do repasse da educação infantil, e gostaria de colocar aqui, na minha fala; e também da assistência social. Esse é um tema que deve ser pautado aqui, no Município, porque a gente parabeniza o trabalho que é feito de maneira grandiosa, mas a Rede Calábria, por exemplo, é uma das únicas instituições da rede infantil que conta com o auxílio de um psicólogo, porque nós temos a área de captação que faz parcerias. Mas isso deveria ser um trabalho feito de maneira mais ampla e que não seja só um trabalho árduo de captação, mas um trabalho que o Município também valorize, com base nos recursos repassados a instituições sérias, como a Rede Calábria. Então, gostaria de parabenizar e trazer ao pleito, que esta Câmara de Vereadores traga ainda mais para o debate a importância da valorização de instituições sérias como a Rede Calábria. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Presidente Cecchim, eu falo aqui em nome da bancada do PSDB, do Ver. Moisés Barboza, do Ramiro Rosário e Kaká D'Ávila. Eu queria fazer uma saudação especial ao Pe. Gustavo, à minha amiga Isabel; também ao grupo de voluntários, à Thaís Rocha, ao Luiz Henrique, à Bianca, à Bárbara e ao Everton. Eu estive, sexta-feira, fazendo uma visita na instituição e fiquei surpreso, eu já conhecia um pouco porque lá tem o trabalho do Ação Ruas, que faz um belo trabalho na cidade de Porto Alegre, padre. Eu fui bem recebido, acabei conhecendo toda parte ali do Calábria, me surpreenderam bastante as casas de acolhimento ali onde fiz a visita, a gente visitou os pais comunitários, os pais sociais, onde havia 11 crianças numa casa só. Aquela estrutura ali é fantástica, e eu sei que tem mais casas também. Também tem duas escolas, uma no Beco da Vitória, a Dom Dadeus, e tem outra também lá na praia do Lami, que presta um belo trabalho para a sociedade.

Então podem contar com a bancada do PSDB para o que for preciso, estamos à disposição.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente Cecchim, em nome da bancada do MDB, quero cumprimentar e também me somar a tudo o que foi dito com relação à Rede Calábria: a Isabel esteve lá conosco, levando toda essa grandiosidade de ações que têm. Então, Pe. Gustavo, nós estamos aqui para apoiar, temos esse apoio também do Município, pela FASC, nós temos emendas impositivas, e divulgar o bom trabalho e a seriedade exercida pela Calábria. Parabéns a todos.

(Não revisado pela oradora)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo governo.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, vou falar pelo governo, a Ver.^a Mônica bem representou o nosso partido. Quero saudar o Pe. Gustavo Bonassi, a Isabel Lobato, que já esteve no meu gabinete, conversamos, estou devendo essa visita. Moro em Teresópolis, é fácil ir até ali, e já me comprometi de ajudar também. Pela fila que tinha aqui, já dá para notar a repercussão positiva do trabalho de vocês lá no João Calábria. É nesse sentido que nós vamos lá, eu tenho certeza que tem... Vi projeto social, educação profissionalizante, que é tão importante para a juventude. Então, desde já, quero agradecer, felicitá-los, Isabel, e estaremos lá, se Deus quiser, vou ligar antes, eu tenho o teu telefone, para que vocês me esperem lá para a gente ver esses projetos maravilhosos que vocês têm. Parabéns! Estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde Isabel; boa tarde, Pe. Gustavo. Estou muito feliz aqui, em nome da bancada do PCdoB, fazendo essa saudação. Eu, particularmente, enquanto educadora social, trabalhei muito tempo no Ação Rua, e, por muitas vezes, dividi espaços com essa instituição brilhante, fazendo essas conexões no fórum Inter Rua, no fórum Ação Rua, pensando ações sempre propositivas para a população da capital, aquelas mais vulnerabilizadas. E, definitivamente, essa é uma homenagem que merece ser

reverenciada, e por isso venho até aqui, porque o trabalho, o papel que é desenvolvido nas comunidades é fundamental para o desenvolvimento, mas principalmente para dar uma perspectiva de futuro para essas crianças e adolescentes. Estou muito feliz em tê-los aqui, os parabênzo em nome da bancada do PCdoB, e também nos colocamos à disposição porque a educação tem que estar no centro, na pauta central, como desenvolvimento do potencial, dos potenciais das comunidades mais periféricas principalmente. Então, sejam sempre muito bem-vindos, um enorme abraço do PCdoB e uma saudação muito afetuosa a todos os educadores e educadoras sociais que executam esse brilhante papel na instituição. Um abraço.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Não tendo mais nenhum vereador inscrito, damos por encerrado este momento, agradecendo ao Padre Gustavo Bonassi, agradecendo à Sra. Isabel Lobato, voluntária. Que bonito ter voluntários para ajudar instituições voluntárias, que coisa boa. Então, agradecemos a presença dos dois.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h02min: Estão reabertos os trabalhos.

VEREADOR JONAS REIS (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar em Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUÍS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado à EMEF Prof. Gilberto Jorge G. da Silva, nos termos do Requerimento nº 089/22, de autoria do Ver. Jonas.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Adriana Longoni, diretora EMEF Prof. Gilberto Jorge G. da Silva; o Sr. Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, vice-diretor da escola; a Sra. Hilda, irmã do professor Gilberto Jorge G. da Silva; a Sra. Helena, filha da Sra. Hilda.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Sra. Adriana Longoni, diretora da escola, está com a palavra.

SRA. ADRIANA LONGONI: Boa tarde a todos os presentes. Vou cumprimentar o Presidente, os componentes da Mesa, os vereadores aqui presentes, assessores, os presentes nas galerias e, em especial, os nossos queridos alunos que estão aqui representando os demais estudantes da Escola Gilberto Jorge. Eu quero começar agradecendo esta homenagem proposta pelo Ver. Jonas, e vou começar contando um pouco da história da nossa escola. Nós temos um patrono chamado Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, irmão da dona Hilda, que está sentada aqui. E assim como é bem comprido nome desse senhor, desse professor, é comprida também a sua missão e a história da nossa escola nesta cidade. Gilberto Jorge veio da cidade de Rio Grande, então Porto Alegre se tornou o seu lar e também o lugar onde ele desenvolveu essa profissão. Foi o primeiro professor negro formado no Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e um reconhecido professor na área; muitas pessoas conhecem e reconhecem Gilberto Jorge, mesmo tendo passado mais de 40 anos da sua morte - ele morreu nos anos 1970. Então, vai coincidir a necessidade que muitos alunos do Gilberto viram de homenageá-lo dez anos ainda após a sua morte com um fato da comunidade lá do Morro Alto onde a nossa escola está inserida. A nossa escola hoje ocupa o lugar que já foi a Escola Estadual Paraíba, que, à época, na metade dos anos 80, foi retirada de lá, desceu, foi para seu novo prédio, e as famílias queriam que seus filhos continuassem tendo uma escola, e principalmente a comunidade do Morro Alto queria evitar a especulação imobiliária que estava querendo retirar as pessoas dali. Então foram para os galpões, fizeram churrascos, galetos, aquilo que as comunidades se organizam, e vieram para esta Casa. Foi aqui na Câmara de Vereadores então que essas duas histórias se cruzaram: a história dos alunos do Gilberto Jorge que queriam homenageá-lo, e a história da comunidade do Morro Alto que queria ficar com uma escola naquele lugar onde todos já estavam acostumados. Nasce então, em 21 de maio de 1987 - é o nosso documento de criação da escola - a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, uma escola que é para todos, o nosso grande lema na escola é "uma escola para todos, uma escola para cada um". Todos os alunos que lá chegam encontram vaga, acolhimento e inclusão. Somos uma instituição reconhecida nacionalmente, e já estivemos em seminários internacionais, como uma instituição de inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial. Temos muitos alunos e esse é um trabalho reconhecido da nossa escola. Hoje a escola, completando 35 anos, está no seu primeiro ano de integralização. Nós fazemos parte do projeto Mais Tempo na Escola proposto pela Prefeitura de Porto Alegre, em que cinco escolas da rede integralizaram todos os seus alunos. Hoje todas as turmas, todos os alunos da Gilberto Jorge frequentam a escola das 8h às 17h, com uma formação geral, que é aquela formação igual para toda a rede, mas também com uma formação específica que qualifica a aprendizagem dos alunos. E é muito importante a gente destacar aqui que o integral não significa mais tempo, pura e simplesmente, dentro da escola; nós temos mais tempo de qualidade, mais propostas diferenciadas que ajudam os

alunos a construir suas aprendizagens. Nossos alunos, que são tão diferentes de como a gente era quando aluno, são pessoas, indivíduos que têm capacidades diferentes, aprendem de formas diferentes, e a Gilberto Jorge respeita isso, o tempo de cada um, a necessidade de cada um. Lá, para nós, a diferença não é uma deficiência, a diferença existe, está posta, e é isso que nos qualifica, é isso que nos torna seres humanos melhores.

E a gente também tem muito presente, e queremos honrar aqui a questão da educação pública. Somos uma instituição pública de ensino reconhecida, de qualidade e que tem 35 anos de história, de inclusão, de acolhimento, como eu disse para vocês.

A gente recebe alunos além da nossa comunidade ali na frente da escola, que é uma comunidade relativamente pequena. Nós temos alunos de diferentes bairros da Zona Sul, que procuram a escola pelo trabalho.

O que mais eu posso contar para vocês? A gente vem aqui também, e peço que os vereadores escutem isso com muito carinho, porque a gente precisa da ajuda de vocês, principalmente em dois pontos. E aí eu vou aproveitar a homenagem, porque você sabe que quando bota uma professora a falar a gente vai falar e vai pedir. A gente tem uma obra - que muitos de vocês, vereadores, que hoje estão nesta Casa, já visitaram na tentativa de nos ajudar a solucionar o problema, uma obra parada desde 2016. Os alunos não têm lugar para atividades físicas adequadas, nós não temos, nós temos uma única quadra coberta, e é a quadra que, então, está com esse problema. Então, pedimos aqui que vocês se sensibilizem, e, na medida do possível, nos ajudem. Que a gente possa fazer a conclusão dessa obra tão importante e qualificar os espaços, as escolas de ensino integral precisam da verba que foi prometida, que ainda não chegou. Gente, eu não estou aqui para dizer que alguém tinha que ter feito, ou que não tinha que ter feito. A gente está lá com os alunos, e eles estão aqui sentadinhos olhando para vocês. Nós precisamos de material para qualificar, porque senão a gente vai colocar, por nove horas, os alunos dentro da escola, fazendo as mesmas coisas que faziam nas quatro horas de horário regular.

E nós temos propostas maravilhosas, a nossa proposta integral, construída por essas cinco escolas é uma proposta de ponta. E, se alguém quiser conhecer, estamos à disposição para que vocês conheçam. Essa é uma proposta que vai fazer, ela funcionando na rede, como ela deve funcionar, como a gente imagina, ela vai fazer, sim, a diferença na educação dos nossos alunos, principalmente depois desses dois anos de pandemia, em que, sim, nós temos prejuízos pelo ensino remoto que aconteceu de forma difícil, mas que a gente também precisa torná-los cidadãos, torná-los seres integrais para que possam, amanhã ou depois, estar aqui sentados onde vocês estão, representando o povo da nossa cidade. Agradecemos mais uma vez a homenagem. Quero pedir que os meus alunos sejam aplaudidos; eles estão ali sentados, vieram aprender, e o futuro está nas mãos deles. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado, professora. O Ver. Jonas Reis, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Querido Presidente Cecchim, obrigado pela oportunidade, obrigado a toda esta Casa por poder homenagear essa importante instituição; obrigado à diretora, ao vice-diretor e também aqui à Sra. Hilda e a Sra. Helena, parentes do professor que deu nome à escola. Como é importante para um professor ser homenageado, porque essa homenagem à escola também é uma homenagem aos professores. Quantos professores nós já tivemos?! Nós temos professores dentro de casa, muitas vezes, o pai a mãe, mas a gente passa por uma escola, professor Gilberto, Adriana e, por lá, a gente aprende tanto e constrói tanto, e vendo os alunos aqui, vendo as professoras Valéria, Tânia, Estela, Vanessa, Letícia e Eliane, a gente vê que a educação constrói muito. A educação é isso: é a relação entre as pessoas, é a construção do bem comum por um processo de formação humana. A gente tem que engrandecer isso, tem que exaltar, tem que bater palmas e homenagear essa escola, porque, na verdade, é homenagear um pedaço também da história de Porto Alegre, de uma comunidade da Zona Sul que lutou muito por habitação, por permanecer ali, apesar de toda aquela luta que se faz da especulação imobiliária, que tiraram as pessoas do seu lugar de origem, mas estão ali há mais de 40 anos, garantiram essa escola. Eu acho que em tudo se avança, tudo é uma caminhada coletiva, uma luta que se faz, e, hoje, a escola ser uma das integralizadas é uma coisa que a gente tem que saudar, temos que saudar o governo Melo nesse sentido.

Eu acho que é importante o que a professora, a diretora, traz aqui para nós, de também poder chegar lá o recurso financeiro para qualificar o processo. Isso é fantástico, porque sinaliza que a gente tem muito a fazer. O Plano Municipal de Educação, vereadores, prevê a educação de tempo integral, ele prevê mais vagas em escolas e nós sabemos que essa escola tem o nome de um negro, primeiro negro formado em licenciatura em química na UFRGS, é uma luta que a gente tem que colocar para cima, cada vez mais, para garantir que, de fato, no futuro a gente tenha mais escolas de tempo integral, a gente tenha mais acesso a todas as áreas de conhecimento. A escola de tempo integral vem para isso também, para mostrar que uma escola não é só português e matemática, mas ela é também a vivência de tudo isso que a gente pode experimentar. Eu, Ver. Cecchim, sou muito feliz de poder ter me formado professor de música! Pedagogo, professor de música, e a arte transformou minha vida. Eu pude aprender, através da arte, uma sensibilidade diferenciada, e ensinar arte na escola é fantástico. A escola lá, por exemplo, tem um professor de música, que foi nomeado no último concurso. A gente conhece o colega. Mas eu não quero me delongar muito, eu quero dizer aqui para vocês, que batalha do povo brasileiro é uma batalha também por educação. Embora a Constituição nossa, de 1988, tenha dito ali que a educação é um direito, e é também subjetivo e um dever do Estado, a gente ainda tem, por todo o Brasil, pessoas fora da escola. E a pandemia trouxe regressões no sentido de que a escola pública, por ter sido durante décadas vilipendiada, não estava estruturada para o ensino remoto. Eu acho que agora é a hora de a gente juntar as forças,

homenageando o professor Gilberto, homenageando esses 35 anos da Escola Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, garantindo que a gente avance na qualidade do ensino em Porto Alegre, e que mais jovens possam acessar essa escola pública de enorme qualidade. Como a diretora Adriana colocou aqui, a Escola Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, no Morro Alto, é conhecida pela sua característica de inclusão, e isso é fundamental.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigada, Ver. Jonas. Quero cumprimentá-lo pela proposição do tema muito importante, a uma escola que é minha vizinha. Eu moro ali no Imperial Park e sou vizinha da Escola Gilberto Jorge; queria cumprimentar a Sra. Adriana, diretora; o Professor Gilberto; a senhora Ilda e a sua sobrinha também; e dizer que nós somos parceiros da escola, mas principalmente a escola, ela é mais do que uma escola municipal. É, como disse o Ver. Jonas, ela é uma escola inclusiva, uma escola que acolhe a comunidade e essa é a parte mais importante hoje. Ela está dentro de uma comunidade extremamente carente, vulnerável, e eu conheço as ações que vocês realizam enquanto direção. Tenho uma amiga, minha vizinha, que foi por muito tempo – professora Adriana Paza – quem fez muitas ações dentro da escola, junto com os alunos, muitos que não tinham nem um calçado para ir à escola; então vocês estão sempre envolvidas nessas questões sociais, fazem, além do papel de orientação e de ensino, também o papel de acolhimento enquanto seres humanos, acolhem os nossos jovens e as nossas crianças. O papel que vocês cumprem na sociedade é gigante, e eu estou aqui para parabenizá-las e dizer que vocês têm uma parceira, vizinha, vocês podem contar conosco, porque eu também faço esse trabalho social e eu sei a importância que ele tem numa comunidade que tanto precisa quanto a comunidade do Morro Alto. Parabéns, novamente.

Ver. Jonas, fiz destinação de uma emenda impositiva para o Gilberto Jorge, do biodigestor, para que pudesse ser utilizado. Porque a gente fala em logística reversa, mas a gente tem que dar o exemplo e mostrar que é possível fazer a diferença. Então, realmente, somos parceiros! Parabéns pelos 35 anos e que muitos outros possam vir. Vida longa ao Gilberto Jorge! Muito obrigada.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, proponente, Ver. Jonas. Diretora, professora Adriana, no seu nome cumprimento os demais membros da Mesa. Gostaria de parabenizar a iniciativa do Ver. Jonas de estar trazendo a escola junto à Câmara de Vereadores, é importante trazer cada vez mais as demandas da comunidade, trazer as escolas também para o dia a dia da Câmara. Eu gostaria de reforçar que vocês, adotando o ensino em turno integral, estão na vanguarda da educação de Porto Alegre, mas precisamos que a educação de Porto Alegre também se adapte a essa nova realidade. Nós gostaríamos de reforçar que já foi pleiteado também, pelo meu gabinete, a questão do PAR para as escolas em turno integral, que a gente sabe que não foi adequado ao número de alunos que têm agora nos dois turnos. Também gostaria de reforçar – e é um

dos pleitos do vereador aqui – que Porto Alegre fechou com R\$ 176 milhões em caixa na educação, e obras não deveriam ser deixadas inacabadas nas escolas do nosso Município. Eu tenho certeza de que, neste ano, muitos vereadores aqui não deixarão a educação ficar, como ficou no passado, à margem, a ponto de fecharmos o ano com caixa e escolas sem infraestrutura. Espero que essa situação do PAR seja resolvida o mais breve possível e que a obra seja acabada. Parabéns, vereador, diretora, trazendo cada vez mais um pouco da comunidade para a Câmara de Vereadores.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo aparte, Ver.^a Mari.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Saúdo o nosso colega Jonas, e o parabenizo pela homenagem trazida ao plenário, saudando também o Presidente e os convidados que hoje estão presentes neste período de Comunicações em homenagem à escola Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, cujo proponente foi o Ver. Jonas. Compõem a Mesa a professora Adriana Longoni, diretora da escola; o Sr. Gilberto, vice-diretor; a Sra. Hilda, irmã do professor Gilberto; e a Sra. Helena, sobrinha do professor Jorge da Silva. Eu estava ouvindo aqui, atentamente, a primeira fala da professora Adriana, e ela colocava a realidade da escola e a dificuldade, muitas vezes, de dialogar com o poder público ou convencê-lo da importância de ampliar não só o número de vagas, como também as condições de trabalho, o número de professores. Nós percebemos que há uma enorme quantidade de escolas municipais em que faltam educadores. E me parece que há uma enorme boa vontade da secretária – eu tive duas reuniões com ela este ano –, dessa nova secretária; ela disse que, para o segundo semestre, não faltaria mais nenhum professor nas escolas. Numa das últimas reuniões em que eu tive com ela tratava da EMEF Saint Hilaire, e nós pleiteávamos o 2º grau no ensino médio na Escola Maria Chica. Eu dizia: "Olha, não tem como ir adiante se faltam professores no segundo semestre, porque esses alunos vão ser prejudicados, porque irão para o ensino médio sem terem algumas matérias importantes para a vida lá no ensino médio". Então não são tão diferentes o anseio e a angústia de vocês. Por isso, Cecchim, eu acho importante, quando tem uma demanda dessa natureza, que a ata da Casa possa ser também mandada para a secretária responsável pelo tema. Acho que é importante, porque ela vai ficar sabendo também que a comunidade esteve aqui, foi homenageada; é algo muito importante para poder reconhecer esse trabalho. Parabéns, colega Ver. Jonas, vida longa!

Vereador Leonel Radde (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Parabéns, Ver. Jonas. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, saúdo também toda a Mesa. Quero dizer que é muito importante; como policial, professor, também ligado à cultura, eu posso afirmar que a educação é a porta transformadora da nossa sociedade, capaz de reduzir injustiças e de reduzir a violência. Uma escola de turno integral cumpre um papel primordial nesse sentido. Então vida longa, parabéns, Jonas, mais uma vez. Contem sempre com a bancada do Partido dos Trabalhadores. Muito obrigado.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Professora Adriana, em seu nome, eu quero saudar toda a Mesa aqui composta. Quero te parabenizar, Jonas, porque professor aqui é autoridade. Nós que priorizamos a educação, nós que sabemos o valor da educação, da forma mais incisiva, transformando as realidades e possibilitando, principalmente, romper ciclos de extrema violação e violência, nós sempre vamos acolher e estamos ao lado daqueles e daquelas que se somam a estas mobilizações, sendo elas através de homenagem ou de reconhecimento de algo que é fundamental para a estrutura dessa sociedade. Então nós que sabemos o valor disso e que somos frutos, o Ver. Jonas bem disse, aí está um pedagogo, um brilhante professor, nosso colega aqui, mas eu também sendo fruto dessa educação transformadora e sabendo esse valor luto para que outros e outras tenham essa possibilidade. Nós precisamos, Ver. Jonas, fazer deste movimento um movimento para olhar mais a fundo no que traz a professora Adriana, e sim é homenageada, mas precisa falar dos problemas que nós temos, porque a falta de investimento é algo que impacta diretamente na vida de centenas e milhares brasileiros hoje. E se nós sabemos disso, e se nós temos a consciência disso, não podemos relativizar essas questões. Devemos nos posicionar até porque a defesa da educação não se faz somente em algumas épocas bem definidas, a defesa da educação se faz sempre, a defesa da educação e principalmente dos educadores. Meus parabéns a vocês e vida longa. Obrigada, Ver. Jonas.

Vereador Mauro Zacher (PDT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Jonas, quero aqui fazer a nossa referência em nome da bancada do PDT. Essa Escola compõe esse pacote inicial de escolas que iniciam com a escola de turno integral, então quero aqui fazer a minha referência da importância da inclusão dessa política na cidade, ainda talvez não completamente estruturada como deveria ser, mas nós sabemos a diferença que isso faz para as nossas crianças poderem ter por parte da nossa estrutura municipal, não por convênios, não por parcerias - não aqui tentando desmerecer o esforço talvez de muitas instituições que já participaram com o município no turno inverso. Mas a escola de turno integral sim é política pública para que nós possamos qualificar a nossa oferta de educação às nossas crianças e adolescentes, que a gente possa potencializá-la, recuperar o que foi perdido com a pandemia, e sobretudo, fazer com que a nossa política de educação municipal possa ser sim transformadora ao ponto de a gente poder enfrentar esta enorme desigualdade em nosso país, e o mais triste: a baixíssima mobilidade social que nós temos. Parece que a pobreza, a baixa renda é algo que fica para aqueles e permanece, e a educação é um dos caminhos através do qual a gente pode reverter esse processo, sem dúvida, talvez o principal. Então, fica aqui o meu reconhecimento, Jonas, pela tua homenagem, mas, em especial, a toda escola por estar lá cumprindo o seu papel e tentando oferecer com mais qualidade educação às nossas crianças. Um grande abraço, vida longa à escola, contem conosco, com a bancada do PDT.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pelo aparte, Ver. Mauro Zacher, acho que *on-line* não tem mais nenhum vereador. Então, só para concluir, eu

queria deixar registrado aqui que o presente da Nação somos todos nós que estamos aqui e em vários lugares, trabalhadoras e trabalhadores, mas o futuro da Nação, sem sombra de dúvidas, são aqueles que estão estudando nas escolas agora, que estudaram de manhã e outros tantos que vão estudar de noite. Um país soberano só se faz quando a educação, de fato, puder construir cidadania, e nós temos um inimigo em comum, Ver. Cecchim. O nosso inimigo é a desigualdade social. Nós temos que combater essa desigualdade, e não há como combatê-la sem a escola pública valorizada, sem bater palmas aos professores e professoras, e a gente sabe que semanalmente estão sendo contaminados. Porque é muito difícil, a covid continua, essa doença terrível, apesar da vacinação, apesar de todos os esforços coletivos. A educação, ela transforma a vida das pessoas, e são as pessoas que transformam a sociedade; por isso, quando esta Casa abre uma homenagem à escola Gilberto Jorge, não é só homenagem a um professor, não é só homenagem a uma escola. É uma homenagem a todos e todas que acreditam na educação como força motriz de transformação social - transformar vidas. Esse é o intuito da educação pública, e é para isso que a gente traz até a Câmara esta homenagem, esta salva de palmas que a gente faz através da tribuna a todos que passaram pela escola, aos que estão passando e aos que passarão. Vida longa à Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Gilberto Jorge Gonçalves da Silva, um abraço a todas as professoras, aos professores e aos alunos - vocês não sabem, mas a gente tem que revelar - que estão aqui muitos alunos representantes de turmas. Eles vão levar a palavra da Câmara para seus colegas que ficaram na escola e não puderam vir. Um grande abraço, parabéns à escola, parabéns à família, por ter o nome do Professor Gilberto cravado lá na frente da escola, nesse processo lindo de transformação de vidas na comunidade do Morro Alto. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Obrigado ao Ver. Jonas, à diretora Adriana, ao professor Gilberto, à Sra. Hilda, à Sra. Helena, aos alunos. Muito obrigado. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h32min)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h35min: Estão reabertos os trabalhos. A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PSC): Caros colegas vereadores, aqueles que nos assistem de casa, é com muita preocupação que eu venho a este microfone hoje, porque, como incômodo, quando embalado numa intenção boa ou em algo que parece ser benéfico para toda a sociedade, vem um Cavalo de Troia ou uma bomba escondida. Esse projeto de lei que estou debatendo aqui agora é um desses casos. Calúnia e difamação já têm figura jurídica para combater. Quem pratica calúnia, quem

prática difamação, quem mente sobre os outros, quem fala contra verdade, a nossa legislação está aí para punir. Essa lei das *fake news*, que veio para votação aqui, isso aqui é um instrumento Aureliano, 1984. Um instrumento que cria um comitê governamental, um ministério da verdade, com eleitos, escolhidos, seja lá o que for, pessoas que não sabemos hoje quem serão, não sabemos quais a posição política delas, e a gente sabe que esse tipo de coisa não tem que ter viés político-ideológico, a verdade é a verdade, e se a pessoa faz algo contra verdade, ela tem que ser punida na lei que já existe. Se tem problema com vereadores da Casa, por algum motivo de disseminação de *fake news*, esses vereadores têm que ir para Comissão de Ética, hoje nós temos esse instrumento. Agora, querer instituir um projeto de lei que muda o governo, muda a direção política do governo, muda a escolha dos notáveis ministros da verdade, a gente sabe onde isso vai acabar. Isso é pura perseguição política e caça às bruxas, porque a verdade é uma só, e quem a descumpra pode ser penalizado na lei que já existe, sem contar que já existe, tramitada em julgado, determinação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul contra projetos municipais de *fake news*, eles são inconstitucionais, ilegais, e esse projeto vier a ser aprovado nesta Casa, ele será derrubado pelo TJ/RS. É impossível votar a favor de algo dessa forma, mesmo com emendinha feita pelo governo. E eu vou dizer aqui que sempre votei favorável a todos os projetos do governo, mas este nem com esta emenda, porque isto é um equívoco, é uma falta tremenda divisão, é de uma ingenuidade política que me espanta. Quem tem qualquer intenção de votar neste projeto, não compreendeu que isso não tem nada a ver com notícias ou informações falsas, porque essas já têm como se combater. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Presidente, Ver. Idenir Cecchim; vereadoras e vereadores, hoje nós estamos comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente, embora já tenhamos iniciado as comemorações desde o dia 1^a. Muito se fala em meio ambiente e também de fiscalização e se observa que nessas fiscalizações não se tem condições de atender a todas as denúncias. Temos a Patrulha Ambiental, o Batalhão Ambiental que estão se reestruturando pela Brigada Militar e isso é muito positivo. Então, ao considerarmos que o planeta Terra é a residência de todos nós e essa residência vai além dos seres humanos, incluindo os demais seres vivos, fauna e flora, e também todas as coisas que precisamos para viver em sociedade como a água, o vento, minerais, energia, somos capazes de compreender que, na prática, quando arrumamos a nossa casa, estamos mantendo as condições adequadas de nosso habitat e, conseqüentemente, melhorando o nosso próprio bem-estar. Sou vereadora, tenho uma causa que é a causa animal inserida no meio ambiente que trata de animais domésticos, silvestres, exóticos e seus habitats naturais que são inseridos, como eu já disse, no meio ambiente que é de todos. O programa das Nações Unidas para o meio

ambiente, neste ano, estabeleceu como tema "Uma só Terra", e o foco é a vida sustentável, em harmonia com a natureza. Os objetivos defendidos em debate internacional sobre o meio ambiente, consumo e produção responsáveis, foram pontuados em 17 frentes para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da Organização Mundial de Saúde. Entre os objetivos traçados pela ONU estão: erradicação da pobreza, fome zero, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico, indústria, inovação, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação contra mudança global do clima, vida na água, vida terrestre, paz, justiça e instituições eficazes, parcerias e meios de implementação. A ONU e seus parceiros no Brasil estão trabalhando para atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável, que são considerados ambiciosos e interconectados, porque abordam os principais desafios do desenvolvimento, enfrentados pelas pessoas no Brasil e no mundo. O desenvolvimento sustentável é um apelo global, ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente, o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. De nossa parte como parlamentares se faz necessário elaborar e apresentar projetos e ação em prol dos cuidados com o planeta, principalmente considerando a extensa lista de problemas como desmatamento, poluição das águas e do ar, desastres naturais cada vez mais frequentes, resultando em enchentes, desmoronamentos e mortes. Ao olhar para o meio ambiente devemos considerar, sim, a fauna e a flora, os animais que saem de seus *habitats* degradados, começam a encontrar os centros urbanos como refúgio. A ameaças de extinção, os maus tratos, abandono, que tanto combatemos, o combate das zoonoses, leis mais rígidas e pontuais para que sejam cumpridas, e assim a natureza se mantenha protegida e se revitalize. Quero destacar que, tratando-se de animais silvestres, pouco tem evoluído, diferentemente das ações para animais domésticos – em mais de 1.700 quilômetros de rodovias, temos em torno de 400 mil animais silvestres atropelados, que ocasionam, muitas vezes, acidentes nas estradas brasileiras. Então, em Porto Alegre, temos uma imensa área verde a ser preservada; a orla do Guaíba está sendo revitalizada; o desafio do replantio de árvores; melhorias de parques e praças; separação do lixo orgânico e do reciclável; a logística reversa, que possibilita o descarte, o transporte, maneja a reciclagem dos bens de consumo para que sejam convertidos, novamente, em matéria-prima para indústria. Todo esforço que se possa fazer pelo bem-estar da natureza, nós estaremos ajudando, conscientes que a cidade e o planeta são o nosso lar. Vivemos e agimos na cidade, e tudo que pudermos fazer pela nossa comunidade estaremos também ajudando o planeta. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, população que nos assiste pela TVCâmara. Não por acaso tivemos agora, há pouco, um discurso contra um projeto que tem como objetivo combater as *fake news*. Na última sessão desta Casa, na última quarta-feira, tivemos um *show* de *fake news* sendo propagada pela mesma pessoa que veio aqui criticar o projeto de combate as *fake news*. A *fake news* número 1: “O ex-Presidente Lula fez um comício em ambiente fechado, controlado, porque tinha medo de vaias”. Qualquer pessoa que esteja na política sabe que existe, na legislação eleitoral, a vedação de campanhas abertas em ambientes abertos, está lá na lei, art. 36-A: não pode fazer em ambiente aberto. Ela chegou a dizer que deveria fazer uma motociata, algo que é vedado como pré-campanha, mas que o Presidente criminoso que esse grupo defende faz diuturnamente, inclusive sem capacete, muitas vezes, ou com capacete em desconformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, mas esse é um dos menores crimes que ele comete. Outra *fake news* que no Brasil tivemos foi o *lockdown*. Tanto não tivemos, que o mesmo grupo dessa vereadora e desse grupo de vereadores que propagaram *fake news* aqui nesta Casa organizaram atos em frente aos quartéis gerais de todo o Brasil, inclusive de Porto Alegre, e exigiam o fechamento do STF, exigiam o fechamento do Congresso Nacional, exigiam golpes de Estado contra o governador Eduardo Leite de forma violenta. Será que o objetivo desse grupo não era expor de fato o pré-candidato a Presidente da República Lula a agressões físicas? Eu trabalhei na coordenação da segurança do pré-candidato Lula, estava lá no ato, aliás, o ato era aberto, quem quisesse chegar era bem-vindo, lotou por sinal, mas não tinha restrição de qualquer tipo, só de quantidade de pessoas. Eu pergunto, nesses atos organizados por essas pessoas que criticaram a maneira como foi feito o nosso ato, na última quarta-feira, democrático, pujante, em defesa da democracia, eu lembro que essas pessoas organizaram atos em que mulheres foram espancadas em frente ao quartel general, na Igreja das Dores, foram os mesmos manifestantes que encenaram no Parcão o enforcamento com roupas da *ku-klux-klan* em que a defesa era que estavam enforcando ministros do STF, é esse mesmo grupo pacífico que exige que o Lula vá para rua, um senhor de 76 anos, com qual objetivo? Eu, semanalmente, sou ameaçado de morte junto com o ex-presidente Lula. Já fiz alguns B.Os., já identificamos alguns agressores, e posso dizer que o risco é real, o risco de que pessoas armadas atentem contra a vida do pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva é real. Por isso todo o cuidado com a sua segurança. Me admira pessoas que são políticos, que estão nesta Casa que propaguem *fake news* desse nível, desse calão, faltando tanto com a verdade, instigando a violência no nosso País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão, nesta tarde. Pois então, passada a Tribuna Popular, o período de Comunicações, estamos próximos da Ordem do Dia, e o assunto que está em evidência começa a esquentar aqui, porque, infelizmente, nós temos ainda parlamentares nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional, no Senado - e por que não no núcleo central de governo federal? -, que defendem as *fake news*. Por incrível que pareça, não vamos muito longe. Quem não acompanhou há poucos dias, um vereador desta Casa fazer uma *fake news*, divulgando esta informação distorcida irreal, uma calúnia contra os próprios colegas da Casa? Aconteceu aqui dentro do plenário. Proibir as *fake news* é um ato educativo, proibir as *fake news* é algo que todos os poderes municipais, estaduais devem incluir, eu dei até na Rede de Educação. Por que não? Porque produzir uma *fake news* é crime, produzir implementar, disseminar uma *fake news* é crime, é uma mentira, é algo descabido, destorcido. Ou os senhores acham que, com o advento da tecnologia da informação, em que o cidadão, no celular, tem um poder astronômico, sem nenhum controle, ele recebe e acaba compartilhando algo que, por sua vez, ver na fonte que é uma *fake news*. Virá muito nessa eleição novamente, e, muitos, inclusive, se elegeram, até governo se elegeu em cima das *fake news*. Portanto, eu diria que é um dever desta Casa, é uma responsabilidade desta Casa, agora com a Comissão de Ética, criar mecanismos de proibir o que é calúnia, difamação e mentira, porque, senão, obviamente, quantos irão para a Comissão de Ética? Nós temos exemplos, poderíamos aqui até citar, mas nós queremos dizer à nobre colega vereadora: não se preocupe na sua inconstitucionalidade, porque os artigos que V. Exa. cita, do 4º ao 8º, foram suprimidos para poder dar legitimidade e constitucionalidade ao projeto de lei. E eu tenho certeza de que a Câmara hoje dará um sinal positivo à sociedade como um mecanismo de poder dizer: a Câmara Municipal começa ou inicia um processo de condenação, conforme está na lei federal, de que as *fake news*, além de serem crime são algo que tem de ser varrido, não só nos parlamentos, mas também no Executivo.

Até logo mais com certeza a Câmara dará um sinal positivo para esse projeto de lei que ora estou sinalizando. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): Presidente, eu vou abrir mão do período de Comunicações e informar aos colegas e aos nossos telespectadores que hoje estou em reunião virtual porque a minha esposa está com Covid, e a orientação é que eu fique em casa. Nesta semana, então, não irei à Câmara. Um abraço a todos e todas.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Muito bem. Muito obrigado, vereador, que se recuperem rápido. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente Cecchim; boa tarde colegas vereadores, vereadoras e público que nos assiste nas galerias. Inicialmente eu gostaria de apresentar e explicar para todos o que é o *wheeling*, ou mais conhecido como grau, para os que ainda não conhecem. O *wheeling* ou grau, nada mais é do que o ato de praticar acrobacias, utilizando-se de motocicletas. Consiste, desse modo, em realizar manobras nas quais a força e o equilíbrio são exigido ao máximo pelos praticantes, mantendo-se apenas em uma roda no veículo no chão, podendo empinar 180 graus e girar 360 graus. Essa modalidade vem sendo praticada no Brasil pelo menos desde a década de 1990, sem que haja, porém, o devido reconhecimento. Ocorre que muitos, infelizmente, ainda associam essa prática esportiva ao vandalismo. Além disso, a ausência de locais reservados para a realização de manobras e acrobacias faz com que algumas vezes o *wheeling* seja praticado em vias públicas, o que é vedado pelo Código de Trânsito Brasileiro. Por essa razão, os praticantes têm dificuldade em encontrar patrocinadores e atletas que atinjam um maior grau de habilidade e acabam indo para o exterior, onde há patrocínio e locais destinados a essa prática. Por exemplo, os rachas na rua são proibidos, corrida de carro; mas dentro do autódromo isso é permitido. A mesma coisa acontece com o GRAU: se nós tivermos um local adequado, essas pessoas poderão praticar o seu esporte. Nesse sentido, reconhecer o *wheeling* como modalidade esportiva, permitindo a destinação de espaços adequados para a sua prática é o certo a se fazer. Por esse motivo eu protocolei o PLL nº 219/22, que trata especificamente desse assunto, primeiro, porque garantirá maior segurança para os praticantes que não precisarão mais se arriscar, manobrando em locais impróprios; e, segundo, porque o poder público terá a capacidade de fiscalizar o cumprimento das normas do CTB, inclusive no que diz respeito ao uso de equipamentos de segurança obrigatórios. Dessa forma, todos saem ganhando: os praticantes do esporte, a sociedade e o poder público. Precisamos acabar com a discriminação desse esporte, que, como tantos outros, é visto como um esporte marginalizado. Esporte é o interesse e a vontade do esportista. Precisa, sim, estar adequado, mas não pode ser vetado por falta de local adequado. Quero agradecer à Prefeitura, que já disponibiliza um espaço provisório para treinamento inclusive de membros da Brigada e da EPTC, para capacitar os membros que precisam dessa capacitação, através dos cursos preparatórios. Vamos juntos oportunizar o esporte, pois GRAU não é crime. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Eu quero parabenizar a Ver.^a Cláudia pela iniciativa. Eu sei que os motociclistas têm essa demanda de anos, conheço ali um dos amigos que convivem com essa situação, o Chiquinho ali da Zona Norte, ele também tem essa demanda igual a de vocês - não sei se vocês são amigos -, mas o Porto Seco tem que ser mais bem aproveitado, e com certeza esse aproveitamento para essa demanda vai ser muito adequada, primeiro por garantir segurança para os usuários das vias públicas, garantir a segurança de vocês e, entre outras, descriminalizar essa atividade que hoje, por falta de opção, vocês acabam fazendo nas ruas. Eu sou um dos defensores também, da pauta da mobilidade urbana, estou, esse ano, presidente da Comissão de Urbanismo, Transportes e Habitação, e nós levamos uma demanda que vai beneficiar vocês. Então queria aqui aproveitar a audiência das pessoas que são do modal motociclovitário para comunicar que nós conseguimos solicitar para o prefeito, o prefeito acatou essa reivindicação e já está sendo implantado em toda cidade, iniciou pela Av. Ipiranga, aqueles bolsões para que os motociclistas possam parar durante seu deslocamento diário, junto ao semáforo, à frente dos veículos, no deslocamento. Então se vocês observarem, junto de todos os semáforos ao longo da Av. Ipiranga tem duas linhas paralelas de retenção, a parte dianteira e a parte traseira, e dentro dessas duas linhas de retenção vai ser desenhada uma motocicleta para literalmente reservar um espaço para que os motociclistas possam parar a sua moto à frente dos veículos durante seu deslocamento, sendo então possível não ficar mais nos corredores dos veículos. Essa medida iniciou aqui na cidade de Porto Alegre em alguns locais de teste - se não me engano, na Av. Antônio de Carvalho tem -, foi aprovado o teste, e ele já é previsto no Código de Trânsito Brasileiro. Então queria só comunicar aos senhores que começou pela Av. Ipiranga a implementação de bolsões de retenção para motos à frente dos veículos, nos semáforos, e vai ser estendido para toda a cidade onde existem grandes avenidas e o deslocamento de motos é bastante intenso. Eu perguntei para o presidente da EPTC por que isso não tinha sido implementado antes, e a resposta do presidente da EPTC é que os funcionários da EPTC que fazem a sinalização de vias não tinham a cultura de fazer a demarcação das vias desse jeito. Então, eu levei essa demanda ao prefeito, o prefeito acatou na hora, designou para o secretário de Mobilidade Urbana, e agora está sendo implementado na Av. Ipiranga e vai ser implementado em toda a cidade. Esse é um dos gestos que nós estamos fazendo para ajudar a categoria de vocês, que a gente sabe que, muitas vezes, carrega a cidade nas costas de maneira invisível, mas, sem vocês, por exemplo, na pandemia, nós teríamos tido uma grande dificuldade, porque as pessoas que não podiam sair recorriam ao trabalho de vocês para poder efetivamente receber medicamento, alimento e outras necessidades que aquelas pessoas que estavam isoladas não conseguiam fazer. Então, literalmente vocês carregaram a cidade nas costas durante a pandemia.

E tem uma outra demanda que nós protocolamos e vai ser implementada na cidade de Porto Alegre que é muito importante: estacionamento de motos. Hoje vocês, por exemplo, na região central, têm a dificuldade de conseguir estacionar próximo ao ponto onde vai ser feita a entrega de uma encomenda. Existem alguns pontos à frente da

área azul e atrás da azul onde vocês estacionam gratuitamente. Só que tem toda uma dificuldade, porque vocês não querem ficar longe de suas motos, porque cada segundo perdido durante a entrega é menos renda para vocês levarem para casa, e a gente sabe que muitos de vocês têm medo de ter a sua moto roubada enquanto está parada longe, enquanto faz uma entrega no local mais centralizado, por exemplo, de noite, de madrugada, ou algo nesse sentido. Então, o que eu sugeri à EPTC foi acatado e vai ser implementado também, todas as áreas azuis de estacionamento rotativo aqui em Porto Alegre, hoje só é permitido o estacionamento de carros, porque é um estacionamento pago, e o estacionamento é pago e aceita somente o estacionamento de veículos automotores, carros e camionetes. E o que eu pedi à EPTC? Para fazer um aditivo ao contrato com as empresas que fazem a exploração desses serviços para permitir o estacionamento de motos pagando. Então, por exemplo, eu tenho uma Harley-Davidson, não é o meu caso, eu quero estacionar na área azul e pagar para estacionar nessa área, pode pagar. Mas vai ter um período de isenção, que o secretário de Mobilidade falou que vai ser de 30 minutos – não sei se vai ser 30 minutos. Se vocês puderem estacionar em qualquer lugar da área azul para fazer uma entrega, isso ajuda vocês. Então, eu queria só comunicá-los dessas duas ações que eu tenho para ajudar vocês, e é um gesto aí de agradecimento ao trabalho que vocês prestam à nossa Cidade. Obrigado. Estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sr. Presidente, telespectadores da TVCâmara, colegas vereadores; em primeiro lugar, eu me solidarizo a esse projeto tão importante, porque o jovem tem que ter um espaço para exercer suas atividades de esporte, e eu já conversei lá com o Chitão, com o pessoal do Graal, eles precisam sim de um espaço para poder praticar esse esporte que reúne milhões de pessoas em todo mundo, em patrocínio e em eventos. Porto Alegre está perdendo muito dinheiro, pois poderia atrair eventos para nossa cidade se nós tivéssemos um local apropriado para a gurizada poder andar de moto e praticar esse esporte tão bacana e tão diferente. Eu confesso para vocês que eu tenho carteira de moto, mas eu não tenho as mesmas habilidades que os guris aí. Então sou solidário ao projeto da Ver.^a Cláudia, gostei muito da fala do Ver. Jessé, vou votar favorável. O pessoal das motos pode contar conosco. Estamos juntos. (Palmas.)

Presidente, quero lembrar que amanhã, às 15 horas, vamos fazer uma homenagem muito especial aqui na Câmara de Vereadores – é a minha primeira e única homenagem até agora – para a professora Bia Backes, proprietária do curso Vigor. O curso Vigor, com a professora Bia Backes, começou numa pequena sala, foi indo, indo e indo. Ela já é professora há 50 anos e nunca foi homenageada pela Câmara de Porto Alegre. Então não se trata aqui de homenagem de esquerda, de direita ou de centro, e,

sim, homenagear uma professora que faz um trabalho social muito bonito, muitas vezes ela consegue até bolsa para aqueles que não têm condições, e eu não vou dizer que foram dezenas ou centenas, mas são milhares de servidores públicos que hoje trabalham graças à professora Bia Backes, professora de português. Ela é oficial de justiça aposentada e já ajudou milhares de pessoas. Ela merece todo o carinho e toda a atenção. Quero convidar todos os colegas vereadores para a gente prestigiar a professora Bia Backes, amanhã, às 15 horas, aqui no Plenário Otávio Rocha.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Idenir Cecchim, senhoras e senhores vereadores, membros desta Casa. Venho falar aqui hoje não de nada que seja relacionado aos temas que estão para serem votados na Casa. Eu venho falar de algo relacionado à vida das pessoas, relacionado a uma população do nosso Estado que tem 281 mil pessoas analfabetas; a um Estado que tem 601mil pessoas desempregadas; um Estado que teve fechadas 70.842 mil empresas; um Estado que tem 1.048 milhão pessoas na pobreza; um Estado onde o arroz custa R\$ 7; o feijão custa R\$ 10; a batata está R\$ 7,7 o quilo; o guisado de segunda está R\$ 22 o quilo; uma dúzia de ovos está R\$ 12; uma lata de azeite está R\$ 10,89; uma margarina está R\$ 8; um pacote de sal está R\$ 3,20; o pão está R\$ 13 o quilo; o café R\$ 20; e sem falar do gás, que durante a semana, vai de R\$ 110 a R\$ 120, e nos fins de semana, vai de R\$128 a R\$ 132 um botijão de gás. Eu venho falar de 947.112 pessoas que vivem com uma renda mensal de R\$ 89; essas pessoas não aguentam mais a carestia; essas pessoas não aguentam mais a recessão que estamos vivendo. E recessão que tende a aumentar já que o *Diesel*, a média do *Diesel* é de R\$ 6,90 a R\$ 7. O *Diesel* que transporta tudo isso aqui que eu falei; o *Diesel* que transporta os materiais para construção civil; o *Diesel* que transporta os materiais para indústrias; o *Diesel* que transporta os hortifrutigranjeiros; o *Diesel* que transporta o alimento para a população; o *Diesel* que transporta até o botijão de gás, que é uma fortuna esse dígito é esse preço; a gasolina o valor médio, no Brasil, está em R\$ 7,25; o álcool, aqui na nossa cidade, está R\$ 4,30. Aonde nós vamos parar? Arrecadando até agora, quando a Ver.a Cláudia estava falando, para se ter uma base, a Ver.^a Cláudia Araújo estava falando, que tinha arrecadado de impostos do Brasil, impostos que sai do bolso de todos nós. Impostos que estão lá no arroz; que estão no feijão; na batata; no ovo; no guisado; no azeite; na margarina; no sal; no pão, no café; no *Diesel*; que está na nossa luz; na nossa água; que está em tudo que a gente consome; chegou a R\$ 1.247.889.364. Só que, enquanto a Ver.^a Cláudia Araújo falava – esse impostômetro começou em R\$ 171 milhões –, quando terminou a sua fala, antes dos cinco minutos, nós tivemos um custo de impostos, neste Brasil, de R\$ 18 milhões. Isso é uma vergonha, isso é um absurdo: um País viver às custas de trabalho, um País viver às custas do seu povo, um país viver em cima e às custas do suor dos trabalhadores, um

país onde quem ganha R\$ 1.900,00 paga 7,5% de imposto de renda, um país onde quem ganha R\$ 4.000,00 paga 27% de imposto de renda, sem falar na previdência e sem falar nesse absurdo. Entrem nos seus celulares, botem lá no Google “impostômetro” e vejam! Cinco minutos, um minuto, vejam o absurdo que se arrecada em cima do suor de um povo sacrificado, o absurdo que se arrecada em cima do trabalho das pessoas, o absurdo que se arrecada em cima de quem vem produzir neste País, de quem vem trazer riqueza, emprego, quem vem dar uma oportunidade para as pessoas poderem sustentar sua família.

Agora o dólar baixou, está cotado em R\$ 4,80; o euro baixou, está R\$ 5,13. Tem cabimento uma coisa dessas? Nós vivermos com uma economia como essa? Nós vivemos numa economia que está tirando da mesa das pessoas, está tirando do suor das pessoas, a sua arrecadação. Não podemos mais viver num país que preserva a sua riqueza em cima do salário das pessoas; um país que procura enriquecer, tirando o dinheiro de quem ganha R\$ 1.900,00; um país que pretende crescer dando R\$ 89,00 de média salarial – somente aqui no nosso Estado – para quase 950 mil pessoas. Ganham R\$ 89,00, isso com os preços dos produtos cada vez maior: o ovo está R\$ 1,00; cada ovo que a pessoa consome está R\$ 1,00. A pessoa que ganha R\$ 89,00 vai poder comer 89 ovos num mês. Numa família de quatro pessoas, vão faltar até ovos para as pessoas comerem, sem falar no arroz, sem falar no feijão, sem falar o preço que está luz, o preço que está a água, o preço geral de tudo. Nós, trabalhadores; nós, empreendedores; nós, pessoas desempregadas; nós, que vivemos neste País, não aguentamos mais, não aguentamos mais pagar conta – a conta está muito pesada, a conta está muito árdua – e ver o que se vê: o número de impostos que se paga neste País. Somente de 1º de janeiro até hoje, volto a dizer, quando a Ver.^a Cláudia começou a falar, nós pagamos R\$ 1 trilhão de impostos neste País. Isso é algo incalculável; isso nenhuma empresa no mundo iria ganhar, faturar do dia 1º de janeiro até o dia 6 de junho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Boa tarde, Presidente Idenir Cecchim; boa tarde a todos que nos assistem pela TVCâmara e pelas redes sociais; boa tarde, vereadores e vereadoras. Eu venho aqui falar que hoje é um dia muito especial, hoje é dia de comemorar o Dia do Acemista. Data de fundação da ACM em Londres: 6 de junho de 1844 – são 178 anos da ACM no mundo. Ser acemista é agir como um agente de transformação social, seja pela educação, pelo esporte, pela assistência social ou pela juventude. Parabênizo a direção da ACM do Rio Grande do Sul nas figuras do presidente Enio Roberto Gonçalves Ferreira e do secretário-geral José Ricardo Caporal. Vida longa à ACM e aos acemistas, em especial à minha amiguinha Maria Luísa, aluna da ACM Centro.

Eu também queria contribuir com a Ver.^a Cláudia, porque eu sou um vereador que apoia os movimentos de carros baixos, em locais em que possa ser exercida essa função, esse gosto pelo carro baixo. Eu apoio também o som automotivo, mas tem que ter espaço. Também apoio o projeto dos motoqueiros, para que tenha um espaço para que isso aconteça. Eu deixo um abraço especial ao meu amigo Nasal, que tem um grupo de motoqueiros que fazem trilhas, e também tem que ter locais para isso. Um abraço para o Nasal, para o Paulista e para todo aquele grupo maravilhoso que tem no Extremo-Sul de Porto Alegre.

Eu também queria, Presidente, que notassem que o Extremo-Sul de Porto Alegre, vereadores, é muito importante, os caras botaram essa semana na rede social uma foto de Marte, da lua e das ruas do Lami. Hoje está complicado andar nas ruas do Lami. A gente não pode só ficar preocupado com a Vicente Monteggia ou com outras regiões da cidade, têm locais na cidade de Porto Alegre, que tem pavimento, recebem todos os recursos e não pagam um centavo de IPTU e de imposto, e a maioria da comunidade do Extremo-Sul tem um carnê bem alto ali para pagar de IPTU. Então é esse o meu recado. Muito obrigado pelo espaço.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Quero aproveitar a oportunidade e até a brincadeira do Ver. Jonas, eu falei sobre a Ipiranga, que é uma questão importante para o meu mandato. Aquele dia iniciei a introdução do tema, tentei falar antes dos cinco minutos, mas infelizmente, não consegui entregar toda a informação. Eu queria contextualizar as pessoas que acreditam no meu trabalho e contar aqui um pouco do resultado do que está acontecendo agora na cidade de Porto Alegre. Vocês sabem que a zona Leste Porto Alegre hoje representa o maior gargalo de mobilidade no acesso à capital de toda a região metropolitana. Antigamente era a 116 que tinha os maiores congestionamentos no acesso a Porto Alegre, mas com a construção da 448 acabou que aquele gargalo diminuiu muito, e as pessoas que vêm ali de São Leopoldo para cima, Novo Hamburgo, e a própria serra gaúcha, podem sair pela 448, e acessam Porto Alegre pela Mauá sem precisar pegar o congestionamento da BR-116, por Canoas. E uma ideia muito parecida com essa era justamente a questão do prolongamento da Av. Ipiranga até a cidade de Viamão que surgiu há muitos anos, foi promovida pela Ver. Oliboni, enquanto ele era deputado estadual. Só que o Ver. Oliboni tratava da questão do prolongamento da Ipiranga até à Lomba do Pinheiro, e nós

solicitamos que houvesse estudos no sentido de trazer isso até a cidade de Viamão. E, para contextualizar vocês, eu fui vereador em Viamão na época em que o PSDB era prefeito de Viamão, prefeito de Porto Alegre e eu era vereador do PSDB de Viamão. Eu esperava que o Marchezan pudesse atender uma demanda social legítima da sociedade representada por um vereador do seu espectro político, do seu partido. Entretanto, infelizmente, o PSDB parece que não valoriza os seus bons quadros, não valoriza boas ideias e acabou, naquele momento, preterindo essa proposta e esse projeto, basicamente, impedindo que eu pudesse, inclusive, me comunicar com os órgãos públicos da cidade de Porto Alegre. A única vez em que eu tive a oportunidade de conversar com algum órgão público da cidade de Porto Alegre foi com a EPTC, estando presentes o Marcelo Soletti, então presidente da EPTC, que embora não fosse filiado, nós sabíamos que era uma indicação do PSDB e a Carla Meinecke, que era responsável por projetos. Naquele momento, a Carla inclusive deu uma sugestão da construção de uma ponte ali, logo atrás do Terminal Antônio de Carvalho, como forma de mitigar o congestionamento da Bento Gonçalves. Passou todo o processo de vereador em Viamão, o PSDB basicamente me ignorou, não deu andamento a esse projeto que eu entendi que era importante, eu renunciei ao mandato em Viamão por várias razões, inclusive, pela questão da perseguição política, por ter denunciado o prefeito na justiça, ele ter sido afastado e eu ter sido perseguido politicamente pelo meu trabalho realizado em Viamão. Acabou que eu migrei o título eleitoral para Porto Alegre e concorri em Porto Alegre pelo Cidadania. Daí, posso falar claramente para vocês, lá, pelo dia 20 de dezembro de 2020, após a eleição, me ligou o secretário Cassio Trogildo, perguntando em função da questão do governo que ia se iniciar, se eu queria contribuir com o projeto da cidade de alguma forma, e eu falei naquele momento, no dia 20 de dezembro de 2020, que o que eu esperava do governo Melo era que o prefeito Melo, que se comprometeu comigo no segundo turno através de um vídeo, em redes sociais, concretizasse o asfaltamento da Av. Ipiranga no trecho entre a Av. Antônio de Carvalho e Beco dos Marianos. No segundo turno das eleições, eu fiz um vídeo com o Melo, falando que aquele trecho ele merecia atenção por parte do poder público para o asfaltamento. O prefeito Melo fez o vídeo comigo, divulgou, e, dia 20 de dezembro, o Cassio Trogildo me ligou e eu falei: estamos juntos, quero que aquele compromisso firmado em campanha seja cumprido. Março de 2020, março de 2021, após a eleição, e eu ainda não tinha conseguido uma reunião com o Prefeito Melo. Liguei para a Deputada Any Ortiz e disse que queria uma audiência com o Melo para falar sobre o asfaltamento da Av. Ipiranga, do prolongamento da Av. Ipiranga até Viamão. A Any pediu uma reunião com Melo, o Melo nos recebeu, falou, beleza, legal o projeto de vocês, *show* de bola, só que antes de destinar uma equipe para fazer estudo sobre o projeto, primeiro, eu tenho que saber qual é o posicionamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre esse tema, porque não posso gastar - Melo falando - recursos públicos para fazer um projeto que, de antemão, pode a universidade negar. Seria um desperdício. Beleza. O Melo falou exatamente assim: "Vou fazer uma reunião com o reitor e a gente vai conversar sobre essa questão, Jessé. Pode deixar que eu vou ver." Eu, sinceramente, naquela época, eu estava recém conhecendo o governo, não acreditei que ele fosse fazer alguma coisa.

Passaram três meses e a Prefeitura de Porto Alegre foi convidada para uma solenidade, na Universidade Federal, para tratar de dois temas: um, era sobre um estudo de cooperação, com a universidade, para fazer um estudo de viabilidade da manutenção ou implosão do esqueleto; e uma assinatura de um convênio de doação da antiga Secretaria de Desenvolvimento Econômico, debaixo do viaduto, em frente à UFRGS, para a universidade. Essas eram as duas pautas que o governo tinha ido oficialmente falar com o reitor naquela ocasião: esqueleto e doação do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Daí fomos lá na reunião - estava eu, o Secretário Cezar Schirmer, o Záchia, o reitor, o pró-reitor, toda a assessoria da universidade -, para tratar sobre o esqueleto e a doação do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a universidade, e o Prefeito Melo, junto do Secretário Cezar Schirmer, do Cassio Trogildo, da EPTC, do Záchia, da procuradoria, falou exatamente assim: Reitora, eu tenho três coisas para tratar contigo: “primeiro, sobre o prolongamento da Av. Ipiranga até Viamão; segundo, doação do prédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a universidade; terceiro, o estudo técnico sobre o esqueleto. O reitor ficou, ali, meio desconsertado, porque ele não tinha sido preparado com relação à questão da Av. Ipiranga, e ele falou: “Vamos assinar os contratos do que já foi acordado, e, depois, a gente vai lá na salinha conversar sobre essa questão do prolongamento da Av. Ipiranga”. Assinamos o contrato do Esqueleto, assinou o convênio de doação do prédio da Prefeitura para a universidade, e fomos na sala do reitor conversar sobre a questão do prolongamento da Ipiranga. O reitor nos recebeu, ele recebeu todos nós, até, inclusive, o Ver. Bobadra estava junto também. Daí o reitor falou: "Eu sabia que vocês falariam sobre esse tema. Eu imaginei que fosse, porque eu vi que o Jessé ia vir. Há muito tempo conheço o Jessé, eu sei que o Jessé trata desse tema há muitos anos, então, eu sabia que isso ia ser um tema". O reitor mencionou que consultou os diretores da Faculdade de Agronomia e da Faculdade de Veterinária, para saber sobre a autorização e a viabilidade de fazer isso passando por dentro das universidades. O reitor falou exatamente o seguinte: “Jessé, Prefeito, eu concordo que existe um problema. Existe um problema, e as comunidades locais, da Zona Leste de Porto Alegre e da cidade de Viamão, sofrem todos os dias com os congestionamentos provocados pelo gargalo da Av. Bento Gonçalves, entre a Lomba do Pinheiro e a Av. Antônio de Carvalho, eu concordo que existe isso. Eu concordo que existe a necessidade de encontrar uma solução, entretanto, eu conversei com os diretores da Agronomia e da Veterinária, e eles se negaram, veementemente, a autorizar que eu autorize vocês a fazerem um estudo de prolongamento por dentro da universidade. Eles se negaram; se negaram, e isso é irreduzível. Eu não consigo voltar atrás, essa é a posição da universidade, e eu só estou aqui externalizando para vocês". O próprio reitor, não há nenhuma mentira aqui e não tem nada demeritório no que eu vou dizer, falou: "Porém, por identificar que existe um problema, eu vou oferecer uma solução, como engenheiro que sou". Ele ofereceu, literalmente, a quintuplicação da Bento Gonçalves no sentido Porto Alegre-Viamão, e a quintuplicação da Bento Gonçalves no sentido Viamão-Porto Alegre, desde a Lomba do Pinheiro até chegar na Av. Antônio de Carvalho. O reitor ofereceu isso como alternativa. Nós nos olhamos, eu, o presidente da EPTC, o Záchia; e o prefeito Melo.

Naquele momento, era uma informação muito nova, a gente não sabia como proceder. De antemão, a minha opinião é que isso não seria inteligente, não resolveria o problema, mas nós agradecemos a disponibilidade do reitor, e eu agradei pessoalmente o reitor. Quando eu iniciei a minha fala, eu falei exatamente assim: "Reitor, eu queria, antes de mais nada, agradecer ao senhor, porque, desde 2014, quando o Oliboni promovia os debates lá na Assembleia Legislativa, nunca a universidade se posicionou formalmente sobre essa questão" – óbvio que ele não se posicionou formalmente, mas ele falou para nós, na minha presença, na presença do Melo, na presença de todos os secretários que a universidade entende que não é uma alternativa e que ele não pode autorizar –" e o senhor ofereceu para nós uma alternativa, então demonstra que, efetivamente, se preocupa com problema e sabe que ele existe". Então, fiquei superagradecido por ele ter oferecido essa opção, e nós nos colocamos à disposição de fazer estudos, através da EPTC, para saber se isso poderia resolver o problema. A resposta é que o problema não seria resolvido dessa forma, porque o problema da mobilidade na Zona Leste de Porto Alegre não é aquele trecho de um quilômetro da Av. Bento Gonçalves, o problema é que nós temos um entroncamento na Av. Bento Gonçalves, Av. Antônio de Carvalho e Av. Ipiranga, que limita o escoamento de veículos que vêm de Viamão, e o reflexo desse escoamento, como se fosse um vertedouro numa bacia, acaba se projetando para trás, ele vai indo para trás, e, às vezes chega até a parada 42 de Viamão e lá nos altos da Lomba do Pinheiro. Então sabendo que, duas coisas: a Universidade Federal não vai permitir passar por dentro – o que resolveria o problema – e que nós vamos ter que buscar uma outra alternativa, nós nos concentramos então a agradecer o reitor pela disponibilidade, mas negar a possibilidade de doar duas pistas de um lado e duas pistas do outro. Por quê? Porque ela efetivamente não resolve o problema do gargalo da Av. Bento Gonçalves, porque nós vamos aumentar o número de veículos que vem pela Av. Bento Gonçalves, mas esses veículos vão parar no entroncamento da Av. Antônio de Carvalho, que gera todo o gargalo nessa mobilidade. Então todo o problema que nós teríamos ali, decorrente de desocupação e toda a questão de cavar morro e tal, isso seria demasiadamente custoso e não resolveria o problema porque o gargalo está no entroncamento da Av. Antônio de Carvalho, Av. Bento Gonçalves e Av. Ipiranga. Então voltei, agradecemos o reitor, fizemos inclusive uma vistoria presencial, o reitor foi conosco lá no local, ofereceu a doação do terreno, nós agradecemos, dissemos "reitor, muito obrigado, mas, infelizmente, a solução que o senhor ofereceu não nos resolve". Voltamos à prancheta de planejamento, conversei com a engenheira Carla, da EPTC, e daí eu me despi de todo o preconceito no tema da mobilidade na Av. Bento Gonçalves. Eu cheguei literalmente na EPTC e falei assim: por favor, encontrem uma solução viável. "Ah, mas como? " "Não interessa, eu não quero mais saber por onde vai ser. Qual é a solução tecnicamente viável para resolver o problema da Av. Bento Gonçalves? Pode ser qualquer solução. Qual é a solução?" Daí a EPTC sentou, prancheta e planejamento, modelagem computadorizada de fluxo de veículos e basicamente o projeto que EPTC me apresentou e que nós agora vamos levar ao prefeito Melo tem duas opções, porque nós temos dois problemas na Av. Bento Gonçalves, Av. Antônio de Carvalho e Av.

Ipiranga: deslocamento em direção a Porto Alegre de manhã e deslocamento para Viamão no final da tarde. Qual é o grande problema do deslocamento para Viamão no final da tarde? A Av. Bento Gonçalves faz confluência com a Av. Antônio de Carvalho e um fluxo tranca o outro; quem está vindo pela Av. Antônio de Carvalho é trancado pela Av. Bento Gonçalves e quem está vindo pela Av. Bento Gonçalves tranca quem está vindo pela Av. Antônio de Carvalho. Esse é um problema. Nós temos, no entroncamento da Av. Ipiranga com a Av. Antônio de Carvalho, um retorno para quem está saindo da Av. Ipiranga e está subindo a Av. Antônio de Carvalho que corresponde cerca de 30% dos veículos que estão vindo do Centro de Porto Alegre e eles fazem trânsito para os veículos que querem sair da Av. Ipiranga para entrar na Av. Bento Gonçalves. Então, a primeira solução apresentada pela EPTC é a construção de uma ponte na Rua Attílio Bilibio para os veículos que estão vindo pela Av. Ipiranga para poder sair para a Av. Antônio de Carvalho antes de chegar no entroncamento da Av. Ipiranga. Então, os veículos entram na Rua Attílio Bilibio, pegam a Av. Antônio de Carvalho sem passarem pelo entroncamento. Isso resolveria para quem está voltando para Viamão, não resolve para quem está vindo de Viamão para Porto Alegre, da Zona Leste de Porto Alegre para o Centro de Porto Alegre. Atrás do terminal de ônibus da Av. Antônio de Carvalho vai ser feita uma ponte na diagonal de forma a transformar a Av. Bento Gonçalves naturalmente na Av. Ipiranga. Então, tu estás vindo pela Av. Bento Gonçalves, tu derivas por trás do terminal de ônibus da Av. Antônio de Carvalho e deriva para Av. Ipiranga de modo que os veículos consigam migrar da Av. Bento Gonçalves com a Av. Ipiranga sem fazer aquele cotovelo que hoje tem na Av. Antônio de Carvalho com a Av. Ipiranga. Então nós resolvemos os dois movimentos, sentido de Viamão a Porto Alegre pela Av. Bento Gonçalves com uma derivação que permite fazer o deslocamento mais rápido sem ter o afunilamento de veículos ali e no sentido Porto Alegre a Viamão com a questão da Rua Attílio Bilibio. São alternativas que nós apresentamos que estão em vias de implementação e eu queria prestar contas para as pessoas que confiaram em mim que essa é uma possibilidade que a gente está construindo e, infelizmente, o reitor não permitiu, mas encontramos uma alternativa a essa questão da mobilidade. Obrigado e desculpa por tomar o tempo de vocês, mas foi a oportunidade que eu tive para mostrar para os meus eleitores o trabalho que está sendo realizado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, agradeço, imensamente, este período de 15 minutos para apresentar alguns fatos desta cidade que até agora não foram resolvidos. Eu fico escandalizado com a incapacidade governamental de trabalhar o dinheiro do povo para o povo, o que quer dizer isso? Quer dizer que nós temos ainda mais de cinco mil crianças fora da escola de

educação infantil; agora é junho do segundo ano do prefeito Melo. E aí, prefeito, qual é a história que o senhor vai contar?

E quero falar mais: a dengue na cidade, na saúde; por que a dengue avança? Essa cidade tem menos de 100 agente de combate às endemias, menos de 100, e a necessidade é pelo menos 650. Não tem como salvar a cidade da dengue, se não tem agente de combate às endemias, não tem! O mosquito vai continuar surfando nessa onda, uma onda que é bem ruim para saúde pública. Mas mais do que isso, eu me questiono: como pode um prefeito deixar R\$ 300 milhões em caixa da educação, sendo que todas as escolas precisam de obras, todas precisam de alguma coisa. E oito escolas, o que é gravíssimo, como professor não posso aceitar oito escolas com problema na caixa d'água – água é básico. Na sexta-feira que passou o que aconteceu aqui nesta Casa? Não tinha problema de água e por isso esta Casa estava fechada? Não estavam limpando a caixa d'água? Como pode, na cidade de Porto Alegre, eu, como vereador aqui, saber que a caixa d'água da Câmara de Vereadores é resolvida, e as oito caixas d'água das escolas não são resolvidas por problemas gravíssimos de vazamento. Tá dado o recado, prefeito. Vamos ajeitar as caixas d'água, vamos? O senhor tem vontade, o senhor acha que educação é prioridade? Eu não vejo gestos; falta um aceno à educação pública.

E o que dizer do transporte; os megaempresários surfam, eles mandam e desmandam, não acompanha a oferta; a oferta não acompanha a demanda. Vou dar um dado da linha Cohab, que é uma zona onde mora muita gente, muito trabalhador. No mês que passou a demanda foi reduzida em 18% a demanda, mas a oferta foi reduzida em 24%; quem é o milagroso que faz essa matemática: a demanda foi reduzida, sim, em 18% na linha Cohab, mas a oferta reduziu em 24%; quem é o iluminado na EPTC, quem é o iluminado no governo, que faz essa matemática que ao passo que diminui os usuários, diminui mais ainda os ônibus, desproporcionalmente? Por isso que a pessoa fica na fila do ônibus esperando, não tem mais ônibus, mesmo tendo os usuários do transporte. Sem contar o Tri escolar, e isso é responsabilidade desta Casa. Eu sei que insistir no erro aí sim é escandaloso, mas eu acho que muita gente errou no passado e deve estar arrependido de ter tirado o meio passe estudantil – isso aumentou a evasão nas escolas do Município. Os alunos não estão indo mais à escola porque os pais e as mães não têm salário! O desemprego é real, a gente sabe! Hás pessoas nas sinaleiras pedindo dois pilas. Dois pilas para tentar resolver a vida, o estômago que está roncando, que precisa comer um pão com mortadela, um pão com alguma coisa, porque ovo não se compra mais, agora está mais de R\$ 1,00 um ovo! Olhem o absurdo que está a economia e daí, nesse tempo, o prefeito mandou para cá, no passado, tirando meio passe estudantil, é para não ter frequência escolar, é para a criança não ir mais à escola, é para os adolescentes do ensino médio não descenderem mais das periferias, porque a maioria das escolas do ensino médio é nas zonas centrais, não é na periferia. Olhem a Lomba do Pinheiro, só tem uma escola de ensino médio; vai na Restinga... Então, gente, eu quero dizer que tem muita coisa errada e a gente precisa ajudar consertar. Vai começar a aula presencial total na UFRGS, e a linha D43, prefeito Melo, vai voltar a funcionar? O senhor fez uma postagem, nesse final de semana, dizendo que está melhorando o

transporte, eu só vejo os cobradores perderem seus empregos, ficarem desempregados nessa cidade, eu não vejo melhora.

Sem contar, esses tempos aqui foi homenageado o Hospital Presidente Vargas, mas o prefeito está devendo lá, faz quatro meses que o refeitório não funciona, a comida está chegando gelada para os doentes, para os funcionários. É assim que a gente trata a saúde que salva as pessoas dessa doença terrível, a covid, e tantas outras? Gente, o HPV tem uma história fantástica. Prefeito, quem está dirigindo HPV? O que está acontecendo no HPV? O que aconteceu lá no HPV? Tem coisas que parece que são resolvidas lá rapidamente, não é? Mas o refeitório não, a comida continua gelada.

E no postão da Cruzeiro, o que dizer? O que falar do nosso pronto atendimento Cruzeiro do Sul, que eu tive que fazer uma denúncia, juntos aos trabalhadores da saúde, lá no Coren do Rio Grande do Sul, no Coren regional, por quê? Porque há possibilidade de erros de enfermagem acontecerem, porque a equipe de enfermagem está reduzida para a demanda, a demanda está assim, e os funcionários não conseguem atender. Sabe o que que acontece quando uma pessoa faz cinco coisas ao mesmo tempo? Uma das cinco vai sair errada, e é isso quando se coloca enfermeiro, técnico de enfermagem com mais paciente do que ele consegue cuidar com qualidade. E o secretário Sparta o que faz? Eu vejo o secretário Sparta tirar fotografias em todo o lugar, e, quando é para tratar da saúde, está lá há um ano e meio, termina logo aí, vai dar um ano e meio e o problema de RH foi apontado por nós, pelo Conselho Municipal de Saúde, tem que fazer concurso. Nós aprovamos aqui contrato temporário, e até agora nada, povo de Porto Alegre. A Zona Sul a ver navios, a saúde do povo desse jeito. Secretário Sparta, menos fotos e mais ação. O senhor querendo tirar pediatria, serviço de ginecologista dos postos de saúde. Não, não, não, o senhor não entendeu o que é o SUS. O SUS é descentralizar, garantir a saúde na porta da casa da cidadã, do cidadão. O posto de saúde tem que ser equipado. De que adianta o posto de saúde só com enfermeiro? Enfermeiro é importante, mas sozinho, ele não vai resolver, tem que ter o pediatra para cuidar da criança, ginecologista para cuidar da mulher. O que é isso? A maioria dos porto-alegrenses são mulheres, a maioria do povo desta cidade, e a gente trata assim o SUS? E os fundos da cultura? Como é que estão os fundos da cultura? Dinheiro voltando para o caixa único, já é pouco – nos tempos do PT era mais de 70 milhões, há 20 anos, a gente investia anualmente o orçamento em cultura –, e agora o tempo avançou e está 30 e poucos milhões em cultura. Quer dizer, cultura não é importante, deixou de ser importante. Não, está errado isso. Sem contar, só o Epahc – Equipe do Patrimônio –, não tem museólogo, não tem historiador, não tem arquivista. O que é isso? Então não existe o Epahc. O que existe? Um arremedo. Essa é a cultura do secretário Gunther.

Gente, eu queria dizer também aqui, de coração aberto para vocês, o prefeito prometeu que, se trocasse o nome do DEMHAB para Secretaria de Habitação, ia acontecer habitação de interesse social e regularização fundiária. Eu, antes estava esperando de pé, agora vou esperar sentado porque eu cansei, e o povo também. Não tem, não estou vendo. Nós precisamos sabe do que para começar a trabalhar no DEMHAB? Algumas dezenas de engenheiros, arquitetos, agentes administrativos.

Como é que o prefeito quer fazer a regularização fundiária, habitação de interesse social sem pessoas para fazer projeto? Chegou a ter 600 funcionários no DEMHAB, hoje tem de 200. Prefeito Melo, no microfone cabe tudo, agora, a prática é a resposta que o povo quer. Povo conhece que político fala, fala. O senhor tem a caneta na mão, o dinheiro no caixa. Veio aqui o secretário da Fazenda disse: "Nós temos superávit." E ele bateu no peito aqui, nesta tribuna. Que coisa boa, superávit, sim, mas não tem habilitação para as pessoas morarem. Tem 61 mil famílias morando precariamente na beira do esgoto, dentro do esgoto, ou num penhasco que cai como aquelas tragédias que aconteceram em Recife. Nós vamos esperar acontecer isso aqui no Morro Santa Tereza, no Morro da Cruz, na Lomba do Pinheiro, lá na Barragem? Gente, que cidade é essa? E o prefeito disse que a roda gigante é uma coisa legal, que vai ser bacana, que a orla do Guaíba é legal. Eu acho legal a orla do Guaíba, eu gosto, eu vou ali, já tomei chimarrão, mas não se vive só de orla do Guaíba. Ela faz parte de uma etapa, da etapa do lazer, mas tem que ter educação, tem que ter saúde, tem que ter saneamento. Gente, como é que a cidade retrocedeu em saneamento, tantos e tantos anos? Aqui, na Av. Bastian com a Av. Múcio Teixeira, no Menino Deus, olha só, próximo do Centro, não conseguiram botar um tampão de bueiro, deixaram em falso. Se uma idosa passa ali, de 70, 80 anos, engata o pé, deu, quebrou o fêmur, vai para uma cadeira de rodas. É assim a obra terceirizada, sem fiscalização. Eu acho que o prefeito fala muito, está fazendo pouco, está fazendo pouco para um orçamento bilionário. É dinheiro que eu nunca tinha visto tanto dinheiro no caixa desta Prefeitura, mas falta planejamento. Sabe por que falta planejamento? Porque eu acho que ele não reuniu as pessoas com conhecimento de causa para fazer avançar a sociedade porto-alegrense em direitos. Tem que ter projeto, tem que saber. Como é que pode, cinco escolas, ele anunciou em fevereiro, cinco escolas em tempo integral, mas nenhuma recebeu o dinheiro até hoje. Que tempo integral é esse? É a fantasia. Por isso que nós temos que combater esse tipo de política, que é política em que se fala, se fala, mas todo mundo está pegando transporte coletivo lotado, o aluno não consegue mais pagar a passagem para ir à escola, a pessoa chega ao posto de saúde e não tem ginecologista, não tem pediatra, chega no pronto atendimento da Cruzeiro do Sul e fica oito horas em pé porque não tem funcionário para trabalhar. Vai chuvinha aqui, chuvinha ali, alaga tudo e o esgoto vai para dentro de casa, como é o que acontece no Sarandi, na Ponta Grossa, no Belém Novo, e assim que vai a Porto Alegre. Não, prefeito, o senhor tem de botar pessoa com competência e que queriam fazer. O senhor não diz: "Eu acordo cedo e durmo tarde para Porto Alegre"? Bom, mas daí é só o senhor, os outros estão dormindo, estão descansando, como diz o refrão: "deitado eternamente em berço esplêndido", é assim que eu vejo o governo Melo na cidade.

Eu queria, realmente viver numa cidade em que a competência e a dedicação ao povo fossem o Norte e não apenas a política. Política de falar, de falar; não, eu quero ação! Eu quero entrega de chave, entrega de chave de habitação de interesse social feita com dinheiro da Prefeitura e não como os R\$ 37 milhões que foram orçados no ano passado no caixa do DEMHAB e devolveram R\$ 30 milhões, porque não tem RH. O secretário de administração tem de nomear engenheiro, arquiteto porque eu sei que o secretário de habitação já pediu, mas alguém está atravancando o

caminho. Tem secretário que quer trabalhar, mas alguém está travancando o caminho; e no DMAE mais de mil cargos vagos. Pelo amor de Deus, vão trabalhar com o exercício da verdade nesta cidade. O dinheiro do povo tem de voltar para o povo, tem de voltar em serviço público, tem de voltar em educação, em saúde. Não tem como fazer saúde, educação e outros serviços sem valorizar os servidores que estão aí à mingua há seis anos sem reajuste e o prefeito quer dar 4%. O prefeito tem de entender que deve para essa categoria mais de 30% de reajuste salarial e aqui, para concluir, o meu abraço a todas e todos. Nós vamos continuar na luta porque a Porto Alegre merece mais.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, senhoras e senhores vereadores. Ao público que nos assiste pela TVCâmara eu peço desculpas por estar cantando "Não se vá... Eu tenho muito para lhe falar..." É que o Ver. Jonas pegou essa mania, ele fala e vai para o seu gabinete, que é aqui atrás. Eu vim aqui falar pela liderança do Solidariedade para dizer da diferença de políticos. O Ver. Jessé subiu aqui, falou do seu projeto de dar um pouco mais de conforto ao pessoal que mora na Lomba do Pinheiro, na Av. Antônio de Carvalho. Eu passo ali, o meu caminho é subir a Av. Antônio de Carvalho, vou pela Av. Ipiranga para subir a Av. Antônio de Carvalho, já que eu moro no Jardim Itu. Falou de projeto. Os vereadores que aqui subiram falaram de projetos e o Ver. Jonas não tem projeto, porque o projeto dele é falar mal do governo. No sábado passado ainda foram entregues algumas unidades de casas na Protásio Alves; o governo está fazendo. A entrega é vista a olho nu. Podem ser vistas a olho nu as coisas que estão sendo feitas na cidade de Porto Alegre. Tem deficiência? É claro que tem deficiência. Tem dificuldade? É claro que tem dificuldade. Agora, o Ver. Jonas não falou de um projeto dele aqui! Um projeto! Um ano e meio de mandato e ele não foi capaz de dizer: "Eu aprovei o projeto tal!" "Eu quero dizer que esse projeto é importante para a população de Porto Alegre". Eu aprovei o Centro de Diagnóstico do Autista com ajuda de todos os vereadores. Isso é importante para a família autista. Eu aprovei, aqui nesta Casa, do colar de girassol, que é importante para identificar os filhos, as crianças autistas. Nós aprovamos, aqui nesta Casa, por unanimidade, o Centro de Referência do Autismo. Os vereadores têm leis aqui, que apresentaram e aprovaram. Só que o vereador não tem nada, o vereador só faz indicativo e dá pau no governo. Se o governo planta árvore na beira do Guaíba, ele é contra porque plantou na beira do Guaíba; se fizer a pista de *skate*, não pode ser pista de *skate*, tem que ser pista de *motocross*, sei lá o quê. A vida dele é brigar com prefeito Sebastião Melo. Que bom que o Ver. Jonas está falando mal do nosso governo, pois isso quer dizer que o nosso governo está andando bem. Eu vou me preocupar, prefeito Melo, quando o Ver. Jonas aqui subir e disser que nós fizemos alguma coisa boa; aí eu tenho certeza que nós

fizemos alguma coisa errada, muito errada. Isso eu ouvi há 40 anos, Ver. Pedro Ruas, ali na Rua Dr. Timóteo, sede do PDT. Rua Félix da Cunha, corrige-me um outro expedetista, assim como fui eu, foi o Ver. Pedro Ruas e o Luiz Afonso. Ali eu ouvi do Brizola, o pessoal dizendo: "Bah, governador, a Globo está nos elogiando..." Ele disse: "Nós estamos fazendo muita coisa errada para a Globo estar nos elogiando." Então, quando o Jonas vier nos elogiar é porque nós estamos fazendo coisas erradas. Quero deixar esse alerta para o prefeito Sebastião Melo: no dia em que o Ver. Jonas subir aqui e elogiar o prefeito Sebastião Melo, coisas erradas estão sendo feitas em Porto Alegre, porque o Ver. Jonas é diferente dos demais vereadores da oposição que fazem crítica construtiva, crítica indicativa, que falam de seus projetos, que brigam com a base para aprovar os seus projetos – porque têm projetos que contribuem para melhorar a cidade. E o Ver. Jonas, não, o seu projeto é atacar o prefeito. Só que o tamanho dele não é para atacar o prefeito, ele não fala aqui que os municipais receberam um *ticket* maravilhoso, que não foi ele conseguiu, foi o prefeito Melo que deu; ele não fala que na semana passada o Melo sentou com eles e vai dar o 13º para os municipais de Porto Alegre; ele não fala que o governo sentou e vai dar o restante da inflação para os municipais de Porto Alegre; ele não fala que esta Casa aprovou um contrato emergencial de engenheiros e arquitetos para botar nas escolas, para botar no DEMHAB, para botar onde a Prefeitura precisa; ele já esteve lá reunido com o secretário André Barbosa e não fala do concurso que está sendo preparado, um grande concurso para várias áreas do Município de Porto Alegre: engenharia, arquitetura, segurança, professor, saúde. Está sendo preparado um grande concurso público para todos os setores de Porto Alegre que deve sair agora no início do segundo semestre. Nada disso ele fala, ele só critica, critica, critica, não constrói nada e não indica nada. Então eu quero dizer que nós estamos no caminho certo quando o Ver. Jonas usa 15 minutos – que geralmente nós usamos para discutir com a população de Porto Alegre nossas leis, nossos projetos, quando nós discutimos com a população de Porto Alegre objetivos para um todo, para toda a cidade de Porto Alegre, para o Norte, Sul, Leste, Oeste – somente critica. Quinze minutos de Grande Expediente, em que o vereador se apresenta para a cidade, como fez aqui o Jessé Sangalli apresentando o seu projeto. Foi perguntado para ele: "Qual é o seu projeto?" "É a duplicação da Av. Ipiranga, levando a Av. Ipiranga até Viamão". Esse é o projeto dele. O meu projeto, me perguntaram, era o Centro de Referência em Diagnóstico do Autismo, e o Ver. Jonas não tem nenhum projeto, só tem críticas ao governo. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Quero só fazer um apontamento para o Ver. Janta, que falou que eu não tenho projeto: eu sou vereador campeão em pedidos de providências, que basicamente ajudam o governo a identificar os problemas da cidade e resolver aquilo que a população aponta. Então, o senhor pegue a lista com o governo, está lá: Ver. Jonas Reis, do PT, o campeão de pedidos de providência desta cidade. Então, tem projeto, e trouxemos através do deputado federal Bohn Gass, milhões para

Porto Alegre, inclusive para pasta da Saúde, secretário que eu critiquei aqui, mas eu vou lá entrego emendas, medeio junto ao poder federal para que a gente construa uma cidade melhor. Então, o senhor está desinformado, e eu trago aqui no microfone informações. Obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro, vereador.

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Mônica Leal, presidente dos trabalhos nesta tarde; cumprimento V. Exa., na pessoa de V. Exa. cumprimento os demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, senhoras e senhores; hoje tivemos um momento duro aqui, Ver. Pedro Ruas, demais vereadores, Ver.^a Cláudia Araújo, Ver. Ferronato, que prestaram homenagem ao nosso vice-prefeito de São Leopoldo Ary Moura. Quero fazer um registro também em liderança pelo meu partido PSD, perda irreparável do Vale dos Sinos, cinco mandatos de vereador, uma pessoa que sempre esteve ao lado do povo trabalhador, ficam as nossas condolências também registradas no período de liderança, em nome do nosso partido do PDT e em meu nome e do Ver. Mauro Zacher. Agradeço a esta Casa, que já oportunamente o fez, e consta nos anais aqui o minuto de silêncio, Ver. Oliboni. Da mesma forma, o Sergio Vieira, da rádio Aura, e, enfim, me somando àqueles que fizeram o registro, eu estava *on-line*.

Eu gostaria de chamar a atenção aqui, pedir vênias aqui para o nosso líder do governo e para nossa vice-líder do governo, aos nossos dois vice-líderes do governo. Eu estive conversando com um grupo de professores, diretores de escola, num primeiro momento, aqui me pediram que a gente possa fazer uma conversa em reservado, primeiro, mas, na sequência. Por se tratarem de pautas muito relevantes e muito importantes e para que não haja nenhum tipo de retaliação, eu vou optar aqui por não divulgar, num primeiro momento, os nomes, mas eu acho que é um assunto relevante, importante, que nós precisamos de uma atenção especial do governo, porque é na área da educação, Ver. Jessé, eu acho que é relevante e importante que a gente possa ter olhos voltados para essa questão. Uma delas é o término do prazo dos contratos para professor temporário. O Ver. Oliboni, quando fez menção e cumprimentou a escola que foi hoje homenageada, eu acho que é muito oportuno e importante que nós tenhamos uma atenção, porque alguns dos contratos, que duram dois anos, findarão antes do término do ano letivo. Nós temos que ter uma atenção especial para essa questão, e eu trago essa angústia da rede municipal de ensino para dividir com os vereadores aqui, porque acho que esse é um tema importante, que é o término dos contratos dos professores temporários. Então, imagina, Ver. Cezar Schirmer, na escola, ali, o professor de matemática, o professor de português, professor de biologia, química, quando vê, termina aquele contrato temporário, e a escola fica sem a cobertura desse professor.

O segundo ponto que eu acho que é importante e oportuno, que o pessoal também traz aqui e que precisa ser enfrentado, pelo que eu entendi, é que tem um apontamento do Tribunal de Contas, enfim, da Controladoria do Município, que diz respeito às despesas permanentes e correntes, porque está havendo uma dificuldade na execução das verbas de despesa permanente em detrimento das verbas de despesa corrente. Então, se for necessário algum ajuste legislativo nesta Casa que possa permitir e agilizar o serviço lá na ponta para as nossas crianças que precisam do serviço de maneira ágil, acho que é muito oportuno e importante, porque, pelo que parece, a burocracia, no que diz respeito ao investimento em verbas permanentes, está prevalecendo sobre o bom-senso hoje na rede pública municipal. Então eu acho que é necessário, importante e oportuno, e eu estou pedindo uma audiência, lá com a Secretaria Municipal de Educação, para tratar também desse tema, porque são dois assuntos que eu considero necessários que a gente possa enfrentar e dar uma solução e trazer um retorno para a comunidade escolar, especialmente para as nossas crianças da rede municipal de ensino, tendo em vista que professores e diretores de escola nos procuraram para tratar desses dois assuntos. Então eu queria trazer ao conhecimento, neste Período de Liderança, e fazer esse apelo para o governo e ver de que maneira nós podemos estar enfrentando essa pauta, para o bem da cidade, para o bem das nossas crianças e para o bom desempenho da educação no município de Porto Alegre. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Obrigada, Ver. Márcio Bins Ely.

VEREADORA CÍNTIA ROCKENBACK (PTB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito a abertura do painel eletrônico, para verificação de quórum solicitada pela Ver.^a Cíntia Rockenback. (Pausa.) (Após fechamento do painel eletrônico.) Trinta e dois vereadores presentes.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 17h09min: Havendo quórum passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0429/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 164/21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que institui o Programa de Enfrentamento à Disseminação de Informações Falsas (*fake news*) no Município de Porto Alegre. (SEI 021.00116/2020-80)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOP, CUTHAB e CECE**. Relatora-Geral Ver^a Bruna Rodrigues: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Aldacir Oliboni (líder da Oposição);
- adiada a discussão por uma Sessão em 01-06-22;
- incluído na Ordem do Dia em 09-05-22.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 164/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras; público que acompanha a nossa sessão nesta tarde, creio que nesta primeira fala é importante dizer aos colegas vereadores o que, de fato, o projeto de lei está tratando. O projeto de lei institui o programa de enfrentamento à disseminação de informações falsas – as chamadas *fake news* – no Município de Porto Alegre. Um dos artigos diz o seguinte: “Para os fins desta lei, são consideradas informações falsas (*fake news*) aquelas que, por meio de manipulação de fatos ou dados, ações fraudulentas, trucagens ou ações semelhantes, busquem promover a desinformação, atacar ou desacreditar algo ou alguém, bem como distorcer a realidade dos fatos”. Será que ainda tem alguém que é a favor de *fake news*?

Com o advento das novas tecnologias, a sociedade tem em suas mãos instrumentos instantâneos, como, por exemplo, o celular. Seja através de redes sociais, de aplicativos de mensagens, mecanismos de busca, qualquer informação ou serviço literalmente está na palma da mão de todo cidadão e cidadã. Através dos *smartphones*, *tablets*, *notebooks* ou computadores, é possível termos uma quantidade ilimitada de informações; realizarmos compras; compartilharmos nossas opiniões, fotos, vídeos e documentos de qualquer cidadão. A democratização desses meios pode ser considerada também a democratização da informação. Acontece que a democratização da informação é para o bem das pessoas, é para o bem dos governos, dos parlamentos; nós divulgamos o que é importante e o que convence a sociedade para poder reduzir as desigualdades, fazer projetos de leis que incluam as pessoas, e não fazer um *card*, por exemplo, disseminando uma mentira, um vídeo, por exemplo, mal colocado, que possa

comprometer a vida das pessoas, seja do Legislativo, do Executivo e assim por diante. Nós percebemos que este projeto de lei vem como um projeto de lei educativo, e o governo municipal terá, é claro, a responsabilidade de implementar o programa. Nós poderíamos dizer aqui, por exemplo, como nós tínhamos colocado no art. 4º ao art. 8º, que nós suprimimos, que estavam as atribuições do Legislativo, condicionando algumas questões, por exemplo, e até mesmo multando o cidadão que pudesse fazer aqui, visivelmente, ou disseminar mentiras, que são consideradas *fake news*. Nós achamos importante, no primeiro momento, retirar essas informações de comprometimento com o Executivo para não prejudicar a lei de imediato, para ela ser educativa, mas, infelizmente, ainda tem vereadores e vereadoras que não entenderam. Portanto, quero fazer esse apelo: essa é uma demonstração clara e precisa de que todos nós temos que saber o que são *fake news*, o que é mentira, o que é calúnia, o que é difamação, e não compartilhar isso. Existem várias fontes para você observar o que é *fake* ou não; mas, infelizmente, se nós observarmos, é deputado federal, é senador, é deputado estadual, é governador, é vereador, são muitas pessoas ligadas ao meio político que, ao invés de dar o bom exemplo, estão realmente praticando *fake news* no seu dia a dia. Por isso, peço aqui, inicialmente, a contribuição dos nobres colegas vereadores, para dizer claramente este projeto é, sim, constitucional, porque alguns mecanismos que poderiam levar à inconstitucionalidade o procurador da Casa apontou, e nós suprimimos esses artigos. Portanto, cabe a esta Câmara, na tarde de hoje, sinalizar um gesto positivo para trabalharmos para o fim da denúncia das falcatruas feitas pela dita *fake news* em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLL n° 164/21.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica, cumprimentar os colegas e dizer que tenho uma árdua missão de ajudar o PT, na tarde de hoje. Isso é irônico! Ajudar o PT para que não cometa uma estupidez – com todo o respeito, Olíboni, que eu tenho por V. Exa. Mas quando nós queremos ser polícia do pensamento, quando a gente quer julgar o que é mentira e o que é verdade, a gente entra numa seara muito perigosa. Recentemente, aqui na nossa capital, o presidente Lula deu entrevista – ou melhor, o pré-candidato a presidente, Lula – deu uma entrevista dizendo que o Alckmin nunca tinha sido a favor do *impeachment* da Dilma, e aí tem vídeos e mais vídeos mostrando que ele foi, sim, a favor do *impeachment* da Dilma. No enquadramento da legislação, haveria aí, obviamente, uma *fake news* produzida pelo presidencialismo do PT.

Há poucos anos, na campanha de 2018, nós tivemos um outro caso aqui em Porto Alegre, em que nós vimos vereadores dessa Casa virem, muito aguerridamente, falarem sobre as injustiças e sobre a violência cometida de militantes de direita contra uma militante de esquerda que era contrária a Bolsonaro, e que teriam desenhado com

estilete nela a suástica nazista – trouxeram materiais e tudo o mais. Depois a Polícia Civil investigou e viu que era uma fraude. Deveriam, a vereadora – hoje deputada federal – e outros – não foi apenas a Fernanda, obviamente – serem punidos? Nós devemos exercer a polícia do pensamento? Obviamente que não. Aliás, não faz o menor sentido nós políticos, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura fazer juízo de opinião e de verdade ou de mentira, se nós mesmos não conseguimos nos ater à verdade diante do debate político! Não faz o menor sentido, se o candidato máximo ao cargo de presidência não consegue ficar sem mentir, como que nós vamos querer fazer agora uma lei dizendo que está proibida a mentira? O dirá para o cidadão que faz fofoca! A vizinha da rua que fala da outra vizinha? Vamos começar a falar para Guarda agora: vamos fiscalizar as escutas de telefones e de ruas. Isso me lembra Alemanha Oriental; isso me lembra Venezuela, Cuba. Aliás, isso tem uma lembrança bastante recente: a Rússia de Putin. Não faz sentido a Câmara perder seu tempo com isso. Acho que nós temos matérias muito mais importantes, e aí sim dentro da alçada de vereadores, e não é projeto de *fake news*. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Mamadeira de piroca, ideologia de gênero, manual gayzista nas escolas – isso são *fake news*, isso não é algo opinativo, isso existiu e muita gente acreditou. Cloroquina, ivermectina, 650 mil mortes no Brasil. Lula inocente, é inocente, essa é uma verdade; presunção de inocência.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Hahaha, hahaha, Presidente de vocês, dia 02 de outubro. Acontece que existem coisas que são opinativas, são equívocos, nós podemos errar, dar uma informação equivocada, termos divergência de ponto de vista – isso não são *fake news*. *Fake news* englobam o escritório do ódio, *fake news* são bilhões injetados em robôs para propagar mentiras. Em que sociedade minimamente democrática, justa, honesta, nós aceitaríamos uma situação como essa? Quem é contra o combate às *fake news*? A quem interessa manter um sistema de mentira programado, financiado, e que inclusive hoje existe o inquérito dentro do STF? A extrema direita. E tem a desfaçatez de vir aqui e defender essa tese, que tem o direito de mentir e propagar mentira de forma criminosa. Depois vão lá chorar: Daniel Silveira; Gabriel Monteiro, envolvido inclusive com pedofilia. É essa turma que quer continuar com as *fake news*. *Fake news* decidiram a última eleição, *fake news* fizeram pessoas acreditar que o comunismo ia tirar a sua residência, mas quem tirou foi o Bolsonaro, pois agora o banco pode retirar o único imóvel de uma família por dívida, algo que era inconcebível. E as *fake news* diziam que os comunistas iam tirar. Teve gente votando

aqui, achando que ia comer cachorro, se a Manuela vencesse a eleição, se a Manuela vencesse a eleição. Que a Manuela ia liberar o aborto, como se uma prefeita pudesse fazer isso! Pelo amor de Deus, vamos deixar as *fake news* continuarem rolando, matando pessoas, enganando outras pessoas. Nós não estamos falando de divergências ideológicas; nós estamos falando de crimes, de informações propagadas com intuito de influenciarem opiniões e eleições que trazem um quadro dramático para o nosso País, que elegeram um miliciano, que elegeram bancadas criminosas e que agora tem ficado evidente; que estão envolvidas no desmatamento da Amazônia, na mineração ilegal, na morte de indígenas. Foi para isso que as *fake news* surgiram e foram utilizadas. Houve toda uma estrutura internacional arquitetada com esse objetivo. Todo mundo que é democrata, que preza pela democracia, que é sério deveria combater *fake news*. Como é que eu posso admitir que, deliberadamente, as pessoas possam propagar mentiras? Só se eu estou de acordo com crimes! Então, parabênzo, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, o nosso líder Oliboni, por esse projeto essencial, urgente. E fica muito claro, aqui, população de Porto Alegre, público que nos assiste na TV Câmara, quem defende a mentira, quem defende uma estrutura criminosa e quem quer realmente que a democracia prevaleça e que nós possamos divergir, que nós possamos, inclusive, nos equivocarmos, mas com responsabilidade, com respeito à verdade, à ciência, aos fatos, e não valorizando a mentira e grupos criminosos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom, esse tema das *fake news*, realmente, é polêmico e gera um debate bastante acalorado. Eu vejo que a esquerda tenta criminalizar o acesso à informação, porque, para combater o PT, a esquerda, basta a gente falar a verdade. Nós observamos que todo esse processo jurídico, que acabou condenando, em diversas instâncias, e por diversos juízes, acabou retirando muito da legitimidade que a esquerda tinha, porque as pessoas efetivamente confiaram nesses políticos e se decepcionaram quando viram os escândalos de corrupção aflorando. Por algum motivo, retornou o presidenciável Lula a poder concorrer, e estão tentando fazer uma lavagem na memória das pessoas, para tentar fazer parecer que criminoso é quem fala a verdade sobre o que aconteceu no passado e honesto é quem cometeu todos aqueles atos de improbidade, de corrupção que nós observamos em todo o processo da Lava Jato, do Petrolão e coisas afins. O meu medo na questão do projeto das *fake news* é que é muito fácil, em algum momento, o gestor, o tomador de decisão subverter a lógica do que é verdade em nome de um discurso político-ideológico. Vamos supor que esse projeto seja aprovado, e o Município nomeie um secretário municipal da verdade. Vocês querem que o secretário municipal da

verdade faça a censura daquilo que pode ser, ou não, propagado, por exemplo, nas escolas municipais de Porto Alegre? Ou vamos avaliar que seja isso aprovado nacionalmente. Temos uma comissão nacional da verdade, como já tivemos no passado com o PT. Será que essa comissão nacional da verdade vai defender a verdade, a informação nua e crua, ou vai tender a defender algum tipo de discurso em proteção a um grupo de pessoas como, por exemplo, os corruptos que detinham o poder naquele momento? É muito fácil alguém que detém o poder de decidir o que é verdade e o que é falso subverter isso para proteger um grupo político em detrimento da verdade real. Como não tem como a gente saber quem tem a neutralidade necessária para fazer isso – e não existe essa pessoa no mundo – é impossível que esse poder não caia nas mãos erradas, e, no futuro, todos nós sejamos censurados por simplesmente defender o que é certo, simplesmente defender o que é verdade. Pergunto: vamos supor que, daqui a quatro anos, o PT entre na Prefeitura de Porto Alegre. Será que o nosso vereador, colega aqui, Leonel Radde, vai ter a isenção necessária para compor a secretaria municipal da verdade? Ou será que tudo, de antemão, que seja da direita vai estar tachado com um carimbo de falso? Eu tenho medo de isso acontecer. Pergunto: vamos supor que essa comissão nacional da verdade seja implementada nacionalmente. Vocês confiariam num ministro da verdade nomeado pelo presidente Bolsonaro para dizer o que é verdade e o que é falso? Eu tenho certeza que não. Então, se esse poder cair nas mãos de alguém que vocês não gostam, ele vai ser utilizado contra vocês? Acredito que sim. Esse poder não deve ser delegado a ninguém, porque se cair nas mãos erradas, ele, com certeza, vai destruir muitas reputações. Então, acredito que isso não deve ser aprovado aqui e não deve ser aprovado de maneira nenhuma no nosso País.

Deixa-me pensar se tinha mais alguma coisa para falar sobre esse tema. O Ver. Bobadra fica me exaltando ali e eu fico me perdendo. Mas é isso, sou contra esse projeto, porque a verdade tem que ser dita pelas pessoas e cada um deve avaliar a verdade relativa e ver se concorda ou não com aquilo que está sendo dito. A única forma de combater *fake news* é justamente dando a oportunidade para pessoas falarem e nós combatermos a informação falsa com mais informação verdadeira. Pelo mérito do projeto sou contra, em função desse poder ser muito grande, se colocado na mão de alguém pode ser muito facilmente subvertido. Obrigado a todos e até a próxima oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigado, Presidente. Eu não defendo a mentira, eu não defendo crime, não adianta vir vereador aqui dizer que quem vai votar contra o projeto defende mentira ou defende o crime. Eu sou extremamente legalista e, como legalista, o crime de difamação e o crime de calúnia já estão tipificados no Código Penal. Não existe crime de *fake news*. Eu não concordo com

fake news. Aliás, a qual *fake news* nós estamos nos direcionando? Estamos falando daqueles *cards*, que saem daqui de dentro, de vereadores falando mentiras? Seriam das conversas que alguns vereadores fazem de forma irresponsável, seja contra o governo, seja contra outros vereadores? Isso aqui está virando demagogia barata. A partir do momento em que falam que Lula é inocente, já caiu por terra esse projeto. Quer maior *fake news* que é essa? Ora, estamos falando aqui, senhores, de viés político, não estamos falando de crimes, não estamos falando de realidade, de verdade. Isso é um absurdo, com todo respeito que eu tenho ao Ver. Oliboni que eu sei que ele não faz *cards* como alguns outros vereadores daqui que querem distorcer a realidade do que aqui acontece, e depois nós temos que estar aqui nos desdobrando para falar que não foi aquilo que algum *card* irresponsável de algum vereador que colocou na sua rede seriam as *fake news* de vereadores daqui de dentro que saem com mentiras infundadas. Ora, senhores, não podemos ser irresponsáveis ao falar coisas que estão falando aqui, é uma questão moral que está trabalhando, aliás, amanhã vai ter o cardzinho da Comandante Nádia votando contra o projeto e dizendo: ela é a favor da *fake news*. Mas eu não tenho medo disso, não tenho medo porque as minhas posições são muito centradas, são muito equilibradas, não fico fazendo mimimi com esses negócios e nem querendo ganhar em cima. Aqui é uma Casa que deve ter maturidade política, que, aliás, tem vereador aqui que disse que eu estava em algum lugar, que eu estava em outro lugar e que eram mentiras e nem por isso eu vim aqui fazer chororô. Quem tem alguma coisa contra, quem tem alguma *fake news* que entre na Justiça. Não somos justiceiros, não é o Parlamento que vai ser justiceiro, quem vai ser o sensor desse negócio todo? Quem é o sensor? Quem é um corregedor? Quem vai avaliar se é *fake news* ou não é *fake news*? Nós temos uma Comissão de Ética aqui na Casa que, aliás, o presidente, Ver. Cassiá Carpes, da Comissão de Ética que deve começar a ver essas coisas que vão ser encaminhadas para ele. Vou voltar a dizer, crime de calúnia e de difamação já estão postos no Código de Processo Penal, que estiver sendo vítima de *fake news* que pegue e coloque na Justiça. Nós somos parlamentares não somos da Justiça, não tem tipificação nenhuma de *fake news*. Aliás, vimos uma *fake news* aqui, um vereador dizendo que se elegeu um miliciano como presidente e, aí, fica por isso mesmo – imunidade parlamentar. E a liberdade de expressão, onde fica? Engraçado que são os mesmos vereadores que querem, que bradam nas ruas por liberdade dos mais necessitados, das pessoas mais carentes, são exatamente esses que querem cercear a liberdade de ir e vir, cercear a liberdade de expressão, a fazer fala de que o nosso ex-governador Sartori tem que levar fogo. Isso não dá em nada! Senhores, tenhamos responsabilidade. Esse projeto, com todo respeito, Ver. Oliboni, é um projeto que vai botar uma mordaca na boca das pessoas. E quem vai decidir se são *fake news* ou não são impositores, são pessoas que não têm a menor capacidade de fazê-lo. A justiça está aí, e eu confio na justiça. Deixemos para que eles julguem o que é ou não *fake news*. No mais, quem se sentir ofendido que recorra à justiça, onde existem os crimes, novamente, de difamação e calúnia. Então, senhores, eu voto “não” nesse projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde, colegas vereadoras, colegas vereadores, mais uma vez a gente está num debate nesta Casa para debater o óbvio. Eu fico ouvindo os argumentos e fico pensando a quem interessa não combater as *fake news*? Para mim, essa é a pergunta que está colocada. Eu lembro há um tempo, nas eleições 2018, eu estava fazendo campanha para os meus candidatos, estava andando no Extremo-Sul, quando conversava com uma senhorinha no seu portão, que me disse: “Não vou votar no teu candidato porque vocês vão distribuir *kit gay* nas escolas.” Eu fiquei pensando, mas essa senhora viu isso onde? Isso não faz o menor sentido. Ela disse: “Eu recebi no WhatsApp.” E assim foi se conformando aquele cenário que deu o resultado da eleição mais singular, digamos assim, da história do Brasil, de eleger um Presidente abominável, na minha compreensão, que foi eleito em cima de uma série de imaterialidades, de mentiras, apenas uma grande rede de *fake news*, que inclusive trouxe esse expediente a poder ser amplamente analisado, pesquisado, por aqueles conhecedores do tema e que se instalou no debate público uma questão: não é necessário que as instituições se posicionem sobre as *fake news*? As *fake news* não atentariam contra a democracia? Felizmente o TSE – Tribunal Superior Eleitoral do Brasil, compreende que é necessário atacar as *fake news*, combatê-las. Inclusive, tem uma série de campanhas, como vocês mesmos já devem ser vistos, através de veículos de comunicação, de combate à *fake News*, e vem estudando uma série de mecanismos para coibi-la. Isso é uma responsabilidade de todas as instituições que prezam pela democracia, não seria diferente para Câmara de Vereadores de Porto Alegre. O feliz projeto do Ver. Oliboni é um projeto que prima pela conscientização, é isso que está posto lá, com as adequações feitas. Por que um vereador, uma vereadora desta Casa seriam contrários a campanhas de conscientização contra disseminação de mentiras? Por quê? Só posso crer que é porque ele ou ela compactuam com mentiras, não tem outra coisa a ser posta. E quando eu vejo a ex-vice-líder do governo vir aqui fazer uma série de colocações, eu lembro que ela defendia a mordaza aos servidores públicos, que esses não pudessem se manifestar contra o nosso atual prefeito nas redes sociais. Lembro que o campo político que aqui se manifesta contra o combate às *fake news* é um campo político que defende amordaçar professores em sala de aula, combatendo a liberdade dos professores, a liberdade de cátedra inclusive.

Então, vejam bem, estamos aqui num debate entre aqueles e aquelas que combatem a democracia e seus instrumentos de defesa da sua Constituição democrática, no Brasil, e que, portanto, defendem as *fake news* como instrumento de debate público. E nós aqui estamos defendendo o fortalecimento das instituições, o fortalecimento da democracia, expediente de conscientização. Por que ser contra conscientização, contra a propagação de *fake news*? Isso não faz o menor sentido, é um debate que não faz o menor sentido que nós estamos travando aqui.

Quero parabenizar o Ver. Oliboni pelo seu projeto, tem o meu apoio, meu empenho. Inclusive, caso alguns vereadores aqui, desta Casa, se contraponham a ele,

que nós o exercitemos, das mais variadas formas, porque se há algo que nós precisamos acumular no Brasil para que nós possamos reestabelecer a democracia no nosso País é, de fato, o combate a uma rede de disseminação de mentiras, que infelizmente usa da incapacidade das pessoas de conseguir fazer verificação, checagem. E é uma rede organizada, com financiamento, conhecemos bem o que é o gabinete do ódio e que infelizmente faz o debate público brasileiro um debate cada dia mais pobre, mais frágil, porque, infelizmente, essa rede articula uma série de *fake news*. Então, parabéns ao Ver. Oliboni. É necessário que uma casa, uma instituição que se comprometa com o debate democrático na cidade também se comprometa a conscientizar a sua população, assim como vários outros órgãos estão fazendo, como o próprio TSE, a combater as *fake news* e a fortalecer a democracia em nosso País.

(Não revisado pela oradora.)

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, só uma questão de ordem. Seria interessante falar, porque a Ver.^a Laura disse que é um programa só de incentivo a não se fazer *fake news*. Não é verdade. Aqui há muitas sendo direcionadas às pessoas que fazem *fake news*, não é apenas um programa de conscientização, é um programa que institui inclusive muitas. Então, deixar bem claro.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Está registrado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente. Eu faço um apelo ao plenário para ler a emenda apresentada, Emenda nº 01, ela subtrai dos artigos 4º ao 8º, onde tinha esse critério de multas e obrigações ao Executivo. Os vereadores aqui, que são a favor de *fake news*, estão cometendo *fake news*. Nós retiramos dos artigos 4º ao 8º, e eu vou inclusive me inscrever para encaminhar. Obrigado.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Registrado. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Eu acho o assunto extremamente grave e, como estou no meu quarto mandato, já vi de tudo um pouco nesta Câmara, mas, como nos últimos dois mandatos, eu nunca tinha assistido nada igual. Aqui dentro existe, sim, um “gabinete do ódio”, onde as coisas são criadas e multiplicadas. O título do projeto inclui a palavra “enfrentamento”. Enfrentamento é ato ou efeito de enfrentar situação de quem se defronta; defrontação, que é tomar posição em frente de algo. Pois, de fato, frente à gravidade do nível que chegamos de informações falsas e *fake news*, propagadas de forma livre e geral, principalmente via internet, temos mesmo que enfrentar, combater como se combate um inimigo. Eu passei por isso em plena campanha e processei, fui na justiça. “É isso o que você quer? Você sabia que a Mônica Leal é apoiada pelo vice-Presidente Mourão? O vice, na semana passada, em uma entrevista para uma emissora de televisão alemã, elogiou o torturador Carlos Brilhante.

Não podemos deixar que se reeleja.” “Gabinete do ódio.” Sabemos quem fez, sabemos. Não sei como uma pessoa dessas dorme à noite. É um inimigo invisível e sorrateiro, geralmente é um covarde que por trás de uma máquina se empodera, gosta muito de agir na esfera política. Imagino aqui que muitos, como eu, já foram vítimas de conteúdos falsos, de montagens de imagens, de manipulações de fatos com o objetivo de difamar e de confundir sobretudo a população, o que muito ocorre em época de campanha eleitoral. Agressões virtuais e *fake News*, infelizmente, são usadas por candidatos pelas redes sociais. As campanhas atualmente mais parecem um campo de guerra. O atacado, além de cuidar da sua campanha, tem que perder tempo desfazendo mentiras. É isso o que acontece com quem é atacado. Como eu disse, em 2020, eu fui surpreendida ao tomar conhecimento de uma postagem na página do Facebook, do MBL de Porto Alegre, o chamado Movimento Brasil Livre, que trazia um *card* mentiroso, com uma imagem determinada, envolvendo inclusive o vice-Presidente da República General Mourão e a frase: "Não podemos deixar que se reeleja." Sim, eu processei, entrei na justiça, ganhei a ação, tenho uma família de advogados, não tive trabalho nenhum, nem custo, mas e quem não tem? Mas e quem não tem essas condições e vê a sua vida política prejudicada por um criminoso desses, como a gente sabe que já aconteceu? Vida profissional e política, prejudicada por mentiras. Eu quero dizer aos senhores que eu não apoio nenhum tipo de mentira, nem da esquerda nem da direita, aliás, eu sou uma pessoa completamente equilibrada, eu não sou fanática nem para um lado, nem para o outro. Eu discuto aqui na tribuna e eu tenho uma regra de ouro que eu aprendi com o meu pai: eu não faço aos outros o que não gostaria que fizessem para mim, eu sempre me coloco na posição do outro.

E sobre essa questão, tirando a parte legal – que é o que me interessa, porque eu sou legalista, eu quero aprovar um projeto desde que o mesmo seja constitucional –, eu fiquei sabendo que foram excluídos dos art. 4º ao 8º do PLL nº 164/21. Pelo que eu entendi, dessa forma, foi retirada a inconstitucionalidade, eu gostaria que o procurador desta Casa se posicionasse, inclusive. Ver.^a Nádia, eu tenho um jurídico forte e eu me informei que a calúnia e a difamação têm legislação, porém as *fake news*, que são crimes, precisam da atualização desses crimes cometidos. E o órgão Legislativo tem obrigação de atualizar essas leis. Calúnia é a falsa imputação ao outro de fato, definido na lei como crime de difamação. Existe a imputação de um fato ofensivo à reputação do ofendido, com o objetivo de desprestigiá-lo publicamente; consiste nos termos do art. 139 do Código Penal, em difamar alguém imputando-lhe algo. Então eu quero dizer que estou muito tranquila pra falar sobre esse projeto e penso que essa questão da Comissão de Ética, é bom que se diga que ela só existe porque eu entrei com um documento na Mesa Diretora – está aí o diretor legislativo –, solicitando a criação dessa Comissão de Ética para parar de vez com essa baderna, com a casa da mãe joana que se tornou a Câmara em termos de *fake news* e mentiras. Ou vocês acham bonito o vídeo que fizeram aqui, no Dia do Desafio, com os vereadores se exercitando? Alguém pegou o vídeo e colocou a frase: “Vereadores comemorando os seus subsídios.” Isso é uma mentira, e a gente tem que perder tempo explicando isso. Chega! Eu só não consigo entender porque tanta preocupação, eu que não crio *fake news*, que

não invento nada de ninguém, não tenho nenhum problema de votar num projeto desses, desde que, claro, ele esteja dentro da constitucionalidade. Eu sou legalista, só preciso disso, por isso solicitei que o procurador se manifestasse por meio do diretor legislativo. Agora, realmente, eu tenho uma coleção de *fake news* feitas nesta Casa, inclusive uma última eu enviei para a Polícia Federal, para fazer uma verificação. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Sr. Presidente, senhores vereadores e senhoras vereadoras, ninguém nesta Casa foi mais vítima de notícias falsas do que eu; sejam notícias falsas feitas através de redes sociais ou através da mídia tradicional. Faço essa introdução para dizer que eu sou radicalmente contra qualquer notícia falsa, qualquer *fake news*, qualquer manifestação que não corresponda à verdade. Dito isso como um princípio, Presidente, eu queria dizer que essa questão não é nova e nem é de Porto Alegre, sequer é um problema do Brasil. Nós vimos, recentemente, a eleição nos Estados Unidos, a disputa entre o atual presidente e o presidente anterior, uma eleição semeada de *fake news* de ambas as partes. Recentemente eu estava lendo uma biografia sobre Napoleão Bonaparte e lá também não existiam redes sociais, mas existiam *fake news*, notícias falsas. Essa é uma realidade no mundo, no planeta; não é mais realidade brasileira e muito menos porto-alegrense. No Congresso há uma tentativa de regulamentar essa questão, de criar uma legislação adequada ao enfrentamento dessa realidade, mas nem lá se consensualizou adequadamente o melhor caminho. Por quê? Porque nós temos que ter o cuidado, porque a pretexto de coibir notícias falsas, nós estamos censurando o legítimo direito da crítica. E se há alguém, aqui nesta Casa, por ter lutado, lá atrás, contra a ditadura militar, como o meu querido colega Pedro Ruas, é contra a censura pelos malefícios, pelo que significa de impedimento de que as pessoas possam manifestar livremente a sua opinião, a sua crítica, mesmo que injusta, ainda assim eu sou contra a censura, porque é um princípio elementar da vida democrática que cada qual pode dizer o que pensa e o que quer, mas será responsabilizado pela sua crítica falsa ou indevida. E nós, os homens públicos, Presidente, nos últimos anos, adquirimos o péssimo costume de, nas questões políticas que tradicionalmente são resolvidas na política, batemos às portas dos tribunais. Não é de hoje que o Supremo Tribunal Federal tem essa militância política e vem se ingerindo nas questões do Executivo. Isso começou lá atrás, com o Fernando Henrique, com o Lula, com a Dilma, com o Temer, e agora o atual Presidente Bolsonaro. Por quê? Porque nós não compreendemos que as questões de natureza política têm que ser resolvidas pela política, pela construção de soluções consensuais ou pela prevalência da vontade da maioria, com respeito à posição da minoria. É assim! Infelizmente nós estamos desaprendendo essas questões que compõem o arcabouço democrático e que constroem a democracia. Além do mais, Presidente, uma lei não

pode ser feita para o dia de hoje. Nós estamos vivendo, sim, no plano nacional, um enfrentamento muito forte entre os que defendem o presidente Lula e os que defendem o Presidente Bolsonaro, mas isso não é eterno, agora essa lei que nós estamos fazendo não é para os bolsonaristas ou para os lulistas, não, isso é uma lei para Porto Alegre, para o futuro de Porto Alegre; quando Lula e Bolsonaro não existirem mais, ou quando nós não existirmos mais, essa lei estará aqui para regular essas questões. Portanto, não se pode fazer leis municipais para resolver problemas mundiais ou nacionais. Não é esse o caminho! O que temos que, sim, fazer nesta Casa, é começar, aqui dentro, a dar o exemplo: notícias falsas na política se responde com a política; notícias falsas e que podem ser enfrentadas no mundo do direito, devem ser enfrentados no mundo do direito. Um colega aqui desta atual legislatura me fez uma crítica indevida, que eu achei inaceitável, e eu o processei porque esse era o caminho adequado para o enfrentamento dessa questão. Não vim aqui dentro fazer crítica a sua conduta, não, processo formal – que, aliás, eu fui vitorioso, diga-se de passagem –, mas estou dizendo, meus queridos vereadores, caríssimos vereadores, eu louvo a iniciativa porque eu também sou contra *fake news*, sou contra notícias falsas, sou contra inverdades. Parabéns, vereador, pelo esforço de enfrentar essa questão, mas não é através de uma legislação. Eu digo mais: não é por falta de lei que este País é o que é! O que tem são leis não cumpridas! Leis demais, não cumpridas. E eu, pelas razões que aqui expus e queria me manifestar, eu sou contra *fake news*, sou contra mentiras, sou contra notícias falsas, mas o caminho para resolver esse problema não é uma lei municipal. Aliás, do ponto de vista da técnica legislativa, há uma emenda que retira metade do projeto e fica o resto do projeto, do artigo 1º ao 3º, com uma declaração de princípios, por si só, relevante, mas, do ponto de vista formal, legal, rigorosamente sem nenhum efeito, totalmente inócua. Portanto, caros vereadores, para nós resolvermos as questões de notícias falsas e a disseminação de *fake news*, o melhor caminho é, entre nós, começarmos a nos policiar. Eu tenho certeza que, desta forma, pelo exemplo, nós vamos arrastar multidões no enfrentamento da mentira e das notícias falsas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Cecchim, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero ser breve e dizer seguinte: quando não tinha Comissão de Ética, queriam a criação da Comissão de Ética; agora que tem Comissão de Ética, por que não apresentam esses processos contra os colegas de vocês? Estou suscitando, só falam. Tem quatro processos lá, esses quatro foram encaminhados à corregedora que dará resposta, o mais tardar, na semana que vem, porque são cinco sessões ordinárias, já completa hoje a terceira, portanto, semana que vem, esses processos estarão aí para que os 12 membros comecem, quem sabe, escolher o relator, quem sabe não, não aceitando, a corregedora que vai determinar. Agora não dá para

toda hora vir aqui dizer que agora tem Comissão de Ética. Encaminhem, gente, sejam corajosos! Se vocês têm alguma questão com um colega seu, encaminhem para Comissão de Ética. Estamos esperando, estão com medo do quê? Se querem acusar o colega, vão para Comissão de Ética, usem-na. Esse Presidente está aberto a receber qualquer tipo de denúncia e também pode receber denúncia de fora da Câmara, que até agora não veio nenhuma. Portanto, vamos parar agora de usar a Comissão de Ética, querer se esconder atrás da Comissão de Ética. Usem! Se tem processo contra um colega ou contra uma colega, usem, Presidente, mas nós devemos – e disse muito bem o Ver. Cezar Schirmer –, nós temos que assumir as nossas responsabilidades e começar a atuar como parlamentares que respeitam os ritos da boa política. Se alguém coloca, como já colocaram, até eu vi ali MBL, eu gostaria de saber quem é que comanda esse MBL. Eu queria saber. Uns dizem que tem gente aqui que comanda. Mas vai aparecer, vai aparecer, vai aparecer. Não tem coisa que consiga ficar a vida inteira escondida. Então eu quero dizer que a nossa comissão está aberta. Se tiver processo ou se quiserem entrar com processo: entrem. Não é o presidente que vai julgar, nem a corregedora, é um relator que será escolhido, e assim mesmo vai para um colegiado, dos 12 que são a representação proporcional da Casa. Portanto, não usem indevidamente a Comissão de Ética, porque os quatro processos que tem, quero repetir: os quatro processos que têm estão sendo encaminhados para a corregedora, que já deve entregar daqui uns 10 dias, no máximo, ou até a semana que vem. Obrigado a todos. Boa tarde. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 164/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vejam, vejam, está gravado. Vieram aqui, muitos, defender a mentira. Sabe por quê? Porque não podem falar a verdade! Não podem defender a verdade! Porque muitos trabalham em cima da mentira, da ilusão. Podem ver, olhem, está em tramitação na Casa, muita gente querendo fazer projeto que não tem nada a ver com o Legislativo, que é prerrogativa do Executivo, e vendem como se fossem os fazedores da ação política. Isso são *fake News*, isso é enganar a população, por isso que tem que ter uma lei. Tem que ter uma lei, sim, Ver. Oliboni, parabéns, para que se fale a verdade, e quem falta com a verdade deve ser punido. Nós vimos. Sabe, Ver.^a Mônica, quando a senhora traz aqui as postagens, eu já vi pessoas pegarem fotos de políticos no meio da multidão e dizerem que estavam acompanhados de marginais. Circular a cabeça das pessoas e dizer que aquelas pessoas eram bandidos. Isso é uma *fake news*. E aí ninguém resolve o ataque que se faz à imagem política de uma pessoa com isso. E é isso que eles gostam de fazer, eles gostam de fazer isso. Pergunte se eles têm algum projeto para o exercício da verdade. Não, eles trabalham com a bravata, com a pantomima; eles trabalham com o seu palquinho. Eles têm um grupo, uma seita. Teve um político que, uma vez, prometeu que ia levar uma avenida de uma cidade a outra e

levou um monte de gente para urna votar o que era impossível. Por isso que não podem defender a verdade, porque trabalham em cima da humildade da população, da falta de informação. No dia 25 de janeiro, do ano passado, circulava em Porto Alegre, *fake news* dizendo que a vacina causava a morte das pessoas, e o secretário da Saúde, deste Município, teve que desmentir. Sabe o que é o secretário da Saúde, um médico, Dr. Mauro Sparta, ter que ir para televisão, para o Jornal do Almoço, dia 25 de janeiro, alertar para as *fake news* contra as vacinas, porque diziam que a vacina, que salva vidas, mata. Parabéns ao secretário; parabéns ao prefeito que, naquele momento, combateu os mentirosos espalhados nesta capital. Extremistas de uma direita, uma direita louca, eu diria assim, pessoas inescrupulosas. Parabéns, naquele momento, combateu a mentira. Mas, no passado, no dia 13 de dezembro de 2020, está no G1, Globo: "Justiça condena prefeito eleito de Porto Alegre, Sebastião Melo, a multa de R\$ 106 mil por divulgação de pesquisa falsa". Condenou o prefeito, que divulgou uma pesquisa, na véspera do segundo turno – agora nem lembro mais qual era a pesquisa – e foi condenado a R\$ 106 mil.

Então, nós precisamos, sim, trabalhar com a verdade a todo momento. Sabem que teve um desastre neste País: a mentira contra a vacina! Até hoje nós não conseguimos vacinar todo mundo, porque umas pessoas estão no WhatsApp das outras dizendo que a vacina não salva vidas; por isso a gente não consegue! Toda a semana a gente tem uma pessoa que se afasta do seu trabalho, porque um parente ou alguém próximo está com covid – continua! A mentira mata, ela ataca, prejudica o comércio, prejudica toda a sociedade. Tem que combater as *fake news*, sim. Pode contar com o meu voto, estaremos juntos combatendo as mentiras; nós queremos a verdade. Quem não consegue se tornar político com o exercício da verdade, está no lugar errado. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Pois não, Ver. Claudio Janta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 020/19 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o PLL nº 164/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Idenir Cecchim; colegas vereadores e vereadoras; eu estava aqui, sentado, ouvindo algumas

manifestações que estão completamente equivocadas, não se trata do projeto de lei; portanto, eu perguntaria: querem mais *fake news* do que o que foi divulgado aqui desta tribuna? Porque chegaram a dizer, por exemplo, que é um projeto semelhante ao que não passou na Câmara de Vereadores de São Leopoldo, que condicionava uma multa ao serem constatadas *fake news*. Nós não temos isso no projeto de lei, atribuições ao Executivo para poder condicionar essa multa. Vamos ler o projeto de lei. Eu fico estarecido de ouvir alguns colegas dizerem que são contra *fake news*, mas, ao mesmo tempo, não aceitam uma proposição educativa, que cria um programa municipal. Essa que é a verdade! O procurador deu óbice àquele artigo que dá a multa, e nós retiramos esse artigo, Ver.^a Mônica! Parece que o medo está levando alguns vereadores a disseminarem *fake news*, alguns grupos da base do governo, por exemplo, para dizerem que esse projeto é inconstitucional. É uma simples sinalização, e, por isso, é importante que a Casa diga, sim, o que ela quer. Eu sou vice-líder da Comissão de Ética e me sinto, eu não diria aqui, desprestigiado; mas acho que é um grande equívoco alguém da Comissão de Ética, como, por exemplo, o Ver. Cassiá, que veio aqui falar, a Ver.^a Lourdes e este vereador votarem contra, por exemplo, um projeto dessa natureza. Se nós começarmos a dizer que é preciso criar um clima educativo para que as pessoas não pratiquem *fake news*... É mais do que importante para não sobrecarregar a própria Mesa Diretora, a própria Comissão de Ética, o próprio Legislativo. Mas tem gente que gosta, sim, de levar ao povo uma mentira, e mentiras são *fake news*. Portanto, eu venho aqui, neste encaminhamento, dizer que é mais do que um gesto de grandeza da Câmara quando ela percebe que é importante o Legislativo e o Executivo criarem mecanismos de combate à mentira, às *fake news*. Chegaram aqui a levar atribuições que o Supremo determinou, por exemplo, como fez o próprio Supremo quando acabou tirando o Instagram das redes. O que era aquilo? Instagram utilizado para disseminar *fake news*. Mas tem gente que é professor dessa área, e não se consegue identificar o nome da pessoa que praticou *fake news*. Então é nesse sentido que nós queremos dizer que é mais do que importante a Câmara de Vereadores discutir esse assunto e muitos outros que trabalham com a ética e com a verdade na Câmara Municipal, como também no Legislativo! Mas se nós temos a atribuição de propor leis, nós estamos aqui nesse momento a propor. Então eu peço a gentileza, a colaboração, não é o fim do mundo, é apenas algo que a Câmara pode, sim, se debruçar e dizer que é legal criar um programa educativo municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Ver. Schirmer, infelizmente o senhor acabou fazendo referência a um processo que nós tivemos, o senhor não ganhou, nós fizemos um acordo, reconheci o meu excesso, realmente eu me excedi, dizendo que o senhor fazia parte de uma organização criminosa; me excedi, fizemos um acordo,

muito respeitosamente. Mas existem fatos que são incontestáveis. O fato primeiro é que o senhor foi indiciado, sim, no inquérito da boate Kiss pelas 242 mortes; o segundo fato é que o Sartori alçou o senhor a secretário de segurança naquele período, no momento em que o inquérito ainda tramitava, o que é gravíssimo. Em qualquer lugar, minimamente democrático, isso seria um afronte. E o senhor também era secretário da segurança no período em que os policiais e todos os servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul recebiam parcelados os seus salários. Meus colegas, policiais, recebiam o salário parcelado, enquanto o senhor era secretário da segurança pública. Então, respeitosamente, faço esses esclarecimentos, porque esses fatos são incontestáveis. Segundo ponto – e isso não é nada pessoal a ninguém, isso é uma frase do Cid Gomes: o Lula é inocente, babaca. Como diria Cid Gomes. Não é *fake news*. Presunção de inocência é presunção de inocência, todos são inocentes até o trânsito em julgado – ponto pacífico. E me causa espanto que pessoas que defendem Ustra, que defendem escola sem partido, que defendem a Lei da Mordaza, que defendem golpes de Estado, que defendem o fechamento do STF, que defendem o fechamento do Congresso, venham aqui dizer que defendem a liberdade e que são contra a censura e os censores. Todos que vieram da linha da ditadura militar, todos que deram um golpe de Estado contra a Presidenta Dilma Rousseff e querem aqui falar de censura, querem aqui falar que quem será o censor. Vocês defenderam torturadores ao elegerem Bolsonaro, deveriam ter vergonha de vir aqui falar em liberdade, como se *fake news* fossem verdade, como se *fake news* fossem algo que nós devêssemos no ordenamento jurídico aceitar. *Fake News* não é sobre passar informações equivocadas; *fake news* é sobre ter uma estrutura delimitada, delineada, financiada para distribuir indiscriminadamente informações falsas. Nada tem a ver com informações equivocadas ou alguém que se equivoca. Tem relação com uma estrutura da qual a Ver.^a Mônica, por exemplo, foi vítima e trouxe aqui as provas. Vítima de uma estrutura pré-estabelecida que propagou um conteúdo falso - esse é o ponto-chave. E não tem processo jurídico que resolva uma situação dessas; enquanto a mentira voa, a verdade nem colocou as botas ainda. Maria do Rosário até hoje tem que ficar respondendo que ela nunca defendeu o Champinha, estupro e assassino de uma jovem. Essas são *fake news* clássicas. Como a gente falou aqui nas eleições municipais, Manuela tendo que defender, dizendo que as pessoas não iriam comer cachorro. E tem gente que vem aqui e defende, dizendo que o Judiciário resolve. Não resolve, e quem vem aqui defender é porque lucra, porque ganha com esse jogo, porque compactua com esse jogo. Nós, do campo democrático, do campo da esquerda, do campo progressista, da centro-esquerda, até mesmo da direita, os liberais - tem que ter compromisso com a verdade, porque o compromisso com a mentira, com a falsidade, com as *fake news*, esse compromisso quem tem são os fascistas. Isso é básico, é orgânico, é necessário para a propagação da extrema direita e para a mentira ser tida como uma verdade e, a partir dessa verdade falsa, eles conseguirem eliminar a divergência, eliminar o campo de oposição e vencerem, da forma mais abjeta possível. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Boa noite, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, Ver. Oliboni, para nós, do PSOL, o seu projeto tem grande valia, porque busca localizar, para a população de Porto Alegre, um fenômeno que é novo. Quando estamos falando de *fake news*, nós estamos dialogando com um problema novo, tanto em nível de Brasil, como em nível mundial. Notícias falsas sempre existiram na história da humanidade. Por isso que o jornalismo, enquanto ciência, criou metodologias para verificação de fatos, criou todo um arcabouço teórico e prático para que a gente pudesse ter, através das notícias, sobre os acontecimentos do dia a dia, o mais próximo possível da verdade ali estabelecida e transmitida. O que a gente está falando é de um processo que se massificou, em nível nacional e mundial, com o advento de novas formas de comunicação. Até dez anos atrás não era o celular o maior meio de transmissão de notícias que a gente no nosso país. Hoje, numa cidade como Porto Alegre, nos grandes centros urbanos, é a partir daí que a população se informa sobre o dia a dia. E essa relação, que está ali estabelecida, muitas vezes na intimidade de um *chat*, de um instrumento como o Telegram, como o WhatsApp, acabou criando um terreno fértil para que pessoas mal-intencionadas criassem mecanismos criminosos para mentir sobre acontecimentos e para fazer disso uma máquina de transmissão de ideias que não correspondem com a realidade. Isso penetrou no ambiente político. É público e notório. E não deveria ser uma questão de enfrentamento, mas de investigação por parte do poder judiciário, pois não é necessariamente a interferência no fazer político, mas de identificar que há um instrumento sendo utilizado que não faz parte das regras do jogo e que, nesse momento, é uma arma que tem condição de eleger e de derrubar presidentes. É sobre isso que nós estamos falando. Então, não tem problema algum. O Ver. Schirmer veio aqui e falou que essa não é uma tarefa do Legislativo. Pois o governo de V. Exa., o prefeito Sebastião Melo, adora falar que a cidade tem que caber na palma da mão, que aqui tem que ser o ambiente da inovação. Então, por que Porto Alegre não pode dar um passo adiante neste momento e mostrar para o Brasil que é possível ter política de conscientização, de enfrentamento a um fenômeno que é debatido nas salas de aula, que é debatido nas comunidades, nas igrejas? Em qualquer ambiente social da nossa cidade, neste momento, se fala sobre as *fake news*. E o projeto que o Ver. Oliboni está colocando aqui tem artigos simples, para a gente falar em conscientização e informar sobre os perigos, que podem ser de diferentes naturezas, mas é óbvio que o que nos interessa aqui é a discussão política. Eu vi, Presidente Cecchim, muitos vereadores confundindo fatos, polêmicas, opiniões diversas. Há uma confusão aqui entre liberdade de expressão e desinformação. Nós não estamos aqui debatendo a verdade. O Ver. Jessé veio aqui falar sobre uma secretaria da verdade. Bom, isso é um debate de natureza filosófica. Se o vereador quer fazer, eu respeito, mas pode fazer na Faculdade de Filosofia, no departamento de Ciências Humanas de alguma universidade, não interessa ao debate político dessa forma. Nós estamos discutindo aqui a produção organizada e

sistemática de mentiras, não apenas o convencimento político, mas o desenvolvimento das relações sociais. Isso pode ter impacto no micro, até para uma pessoa que acessa, no WhatsApp, um *link* desconhecido e tem um prejuízo financeiro; pode atingir diretamente uma pessoa que está buscando emprego, que está buscando uma qualificação profissional. As *fake news* são um problema dessa natureza, que, no ambiente político, está causando o estrago que a gente tem visto nos últimos anos. Nós deveríamos dar um passo adiante sim, Ver. Oliboni, e fazer com que a cidade de Porto Alegre promovesse o que está proposto no projeto: campanha de conscientização, ações educativas. Eu concordo, inclusive, com a necessidade de retirada dos temas da punição, porque, se só para fazer a discussão, nós já ficamos numa confusão desse tipo aqui agora, imagina para punir. Então, podemos dar um passo atrás e discutir a informação sobre esse tipo de problema, mas nos parece que há uma maioria de vereadores receosos de dar um passo adiante nessa questão. Eu lamento. Porto Alegre não avança se a gente não aprovar um projeto como esse, bem pelo contrário, retrocede e fica refém da possibilidade de as mentiras dominarem o ambiente político. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Cezar Augusto Schirmer está com a palavra para encaminhar a votação no PLL n° 164/21.

VEREADOR CEZAR AUGUSTO SCHIRMER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, às vezes parece que nós ocupamos a tribuna como se estivéssemos salvando a humanidade. Eu fiz uma manifestação, não contra a intenção do Ver. Oliboni, até destaquei a relevância do tema, eu quis destacar esse assunto diante da sua dimensão internacional, não é um problema sequer brasileiro, é do planeta e nem é recente, antes das redes sociais as notícias falsas prosperavam com a mesma intensidade, ou através de folhetos anônimos ou através de manifestações da mídia. Então, Presidente, eu quis tentar expor aqui, sim, uma contrariedade quanto à forma. Esse assunto é assunto criminal, o espaço para a sua discussão, mais do que discussão, para elaboração de legislação, é no Congresso Nacional. Mais, se é um programa de orientação, esclarecimento, conscientização, ele não é de enfrentamento, enfrentamento é em outra dimensão; como se tirou do art. 4° até o art. 8°, tirou o enfrentamento. Mas eu ocupo esta tribuna para dizer que, do ponto de vista da técnica legislativa, o projeto está, na minha modestíssima opinião, inadequado. Se fosse um projeto só para conscientizar, esclarecer, orientar, discutir, etc. e tal, eu até seria a favor, mas não nos termos desse projeto. O projeto está equivocado, com todo o respeito, do ponto de vista formal. Eu queria fazer uma pequena manifestação sobre o que foi dito por um dos vereadores que me antecedeu, nem sequer citei o nome do vereador quando disse que processei o colega, porque não era essa a polêmica que nos motivava na tribuna, aliás, ele fez referência à Kiss, como se a crítica que ele tivesse me feito à época fosse relativa a esse assunto, não foi, o que ele disse na época é que o prefeito Melo estava não

montando um secretariado, estava montando uma quadrilha, e entre outros citou o meu nome. Eu o processei, o seu advogado procurou o meu, manifestou o desejo de pedir desculpas, como eu não sou alguém com espírito de vingança ou qualquer outro propósito, eu aceitei, houve o pedido de desculpas, formal, portanto, assunto está encerrado, eu nem citei o nome do vereador, ele se autodenunciou. Após isso, fez uma referência ao governo Sartori, sobre a Secretaria de Segurança e quero dizer que o governador Sartori atrasou a folha de pagamento do Estado porque cumpriu uma lei feita pelo governador Tarso, que deu aumento para os policiais civis e militares para o seu sucessor pagar, o governador Sartori; o governador Tarso deu aumento para o próximo pagar. Isso é extremamente grave, tanto que a nova legislação federal proíbe que um governo dê aumento para o próximo pagar. Se o governador Sartori tivesse negado a cumprir aquela lei ou se tivesse retardado essa execução por um ano, teria pago em dia todos os servidores do Estado. É bom que se diga isso, é bom que você diga isso para deixar bem claro que os policiais civis e militares do Rio Grande do Sul têm, senão os mais altos, os melhores salários das polícias do Brasil graças ao governador Sartori, que poderia ter revogado a lei, que poderia ter postergado a lei e não quis fazer porque achava e entendia correto priorizar a segurança pública.

Por último, foi feita uma referência aqui à tragédia da Kiss, que eu deploro, me entristece profundamente o que aconteceu na minha cidade natal, cidade a qual fui o prefeito, o vereador nominado disse que eu fui indiciado naquele episódio, eu quero dizer que eu não fui indiciado, não é verdade, ele fez aqui, da tribuna, uma notícia falsa, eu não fui indiciado. Aliás, eu não fui indiciado, eu não fui processado, eu não fui denunciado, eu não foi julgado, nada, mais de 25 promotores, procuradores, desembargadores, juízes, ministros do Superior Tribunal Federal analisaram as questões relativas ao caso de Santa Maria e não encontraram, rigorosamente, nenhuma conduta digna de um processo ou de uma denúncia a meu respeito, aliás, nenhum servidor da Prefeitura de Santa Maria, nem fiscal, nem secretário, nem prefeito, nem vice-prefeito, ninguém foi sequer processado, sequer denunciado, sequer condenado. Então, Sr. Presidente, é claro que essa discussão me entristece porque eu vivenciei aquele processo, aquele momento doloroso, aquela tragédia na minha cidade e eu sei o quanto eu fui vítima de *fake news*, de mentiras por parte de pessoas que integravam e integram o partido do vereador que eu fiz referência; mas olha, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, se o meu coração fosse movido por ódio, por vindita, por mal sentimentos, provavelmente eu já estaria autoenvenenado; não, eu passei uma borracha em cima, não da tragédia, porque aquilo foi terrível, mas, sim, de tantos quantos usaram notícias falsas, mentiras, para denegrir, não só a minha imagem, mas a imagem dos servidores públicos da Prefeitura de Santa Maria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 164/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Queridos colegas, venho aqui falar de 23 desembargadores de justiça; não sou eu, são 23 desembargadores que falam o seguinte, a respeito do município de São Leopoldo que queria colocar num Programa Municipal de Combate e Enfrentamento à Disseminação de informações Falsas (Fake News), ponto! Não fala sobre a questão de multas, nem nada, mas alega que, nos termos do Art. 22, inc. I, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre direito civil, sendo necessário que tenha o regramento idêntico em todo o território nacional, o ato interfere na liberdade de pensamento e de expressão, direitos inerentes à personalidade, refere-se norma semelhante à lei do Marco Civil da Internet, pensamento, preservação e garantia da neutralidade da rede e responsabilização das chamadas *fake news*. A norma em exame não trata de mero programa municipal, mas de matéria relativa a Direito Civil. A norma, ao atribuir ao órgão administrativo municipal esse programa, fere os direitos constitucionais à liberdade de pensamento e de expressão, conforme Art. 5º, inc. IV e IX, da Constituição; atribuição a órgão político e possivelmente partidário geraria entrave à livre circulação de ideias; compete, única e exclusivamente ao Poder Judiciário estabelecer o que são ou não falsas notícias; sustentou então que o projeto é da Câmara, enfim, mas quero ler aqui para os senhores, muito interessante, para nós pensarmos bem o que nós estamos fazendo aqui – descabe ao Poder Executivo fazer papel de sensor ou do Poder Legislativo de informações que circulam na comunidade, sob pena de se tornar o programa estabelecido a institucionalização da perseguição política, em grave ofensa aos princípios mais básicos que regem a República, como a livre manifestação de pensamento e a livre comunicação, independentemente de censura ou licença. A constatação da existência de danos e a responsabilização dos agentes pela propagação de notícias falsas, que gerem ofensas a direitos personalíssimos de outro, cabem ao Poder Judiciário, considerando-se as regras das responsabilidades civil e criminal, calúnia e difamação postas na Legislação Pátria, realizando o controle *a posteriori*, entendimento do STF no julgamento dessa. Ou seja, queridos vereadores, não podemos estar aqui sendo inconstitucionais. Quero perguntar a vocês: quem fala que o Presidente é genocida está fazendo o quê? Quem fala: coloque-se fogo no Sartori, está fazendo o quê? Quem fala que o Ver. Freitas foi racista ao esquecer o nome de um colega vereador negro, está fazendo o quê? Sejamos responsáveis! E quero dizer que amanhã quem votar, como eu, contra a esse projeto vai ter seu *card* dizendo que é a favor da mentira, e isso será uma *fake news* que eu não vou deixar passar. Estou dizendo aos senhores que quem fizer um *card* com meu nome, dizendo que eu votei contra e que sou a favor da mentira e de *fake news*, será responsabilizado judicialmente, e eu vou levar o nome para a Comissão de Ética. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, eu queria insistir, como eu falei na tribuna, que esse projeto não tem semelhança com o projeto de São Leopoldo. Ele não tem penalidade, não tem multa. O que a nobre vereadora falou na

tribuna não tem nada a ver com o projeto que nós apresentamos. Por isso, eu tranquilizo os colegas vereadores, é uma sinalização educativa, um programa importante para a cidade.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação das Emendas n^{os} 02 e 03 apostas ao PLL n^o 116/21.

Apregoo as Emendas n^{os} 04 e 05, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, ao PLL n^o 116/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação requerimento, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, solicitando dispensa do envio das Emendas n^{os} 04 e 05 ao PLL n^o 116/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as Emendas n^{os} 01 e 02, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLCL n^o 020/16.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação requerimento, de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando dispensa do envio das Emendas n^{os} 01 e 02 ao PLCL n^o 020/16 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, deferido pela presidência, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n^o 01 ao PLCL 020/16.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda n^o 01 ao PLL n^o 164/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 31 votos **SIM** e 01 voto **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADA** a Emenda n^o 01 ao PLL n^o 164/21.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, o PLL n^o 164/21.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a apuração nominal.) Sr. Presidente, 16 votos **SIM** e 14 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): **APROVADO** o PLL n^o 164/21.

Visivelmente não há quórum. Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h42 min.)

* * * * *